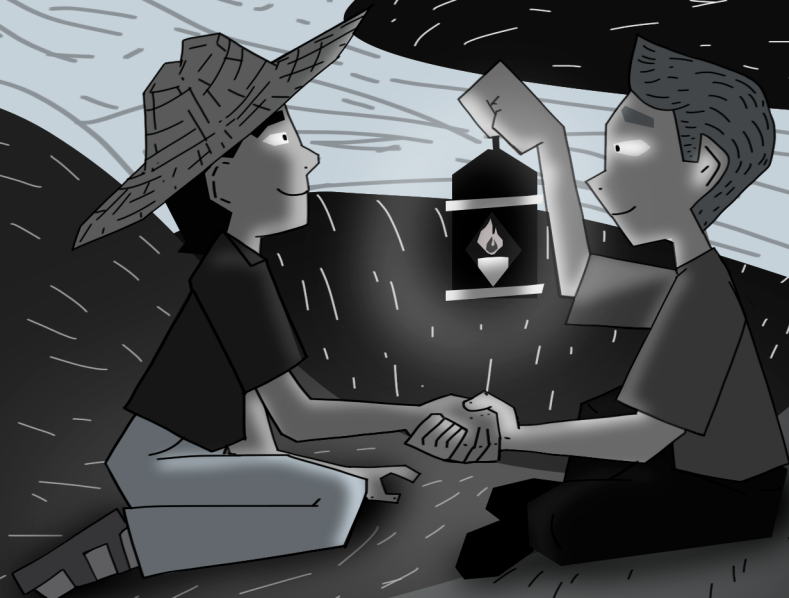


ALEXSANDRA MARIA SOUSA SILVA
ANA TEREZINHA DA COSTA
ANTÔNIO JUGELINO TOMAS FILHO
FELIPE PLÁCIDO DOS SANTOS
FRANCISCA BATISTA DE CARVALHO ALBUQUERQUE
GELLYNEUDE DE SOUZA FERNANDES
(ORGANIZADORES)

CAMINHOS TRILHADOS EM PSICOLOGIA SOCIAL, COMUNITÁRIA E EDUCAÇÃO POPULAR

EXPERIÊNCIAS DE ESTUDANTES
EM (TRANS)FORMAÇÃO



Realização:



Apoio:



Parceria:



CAMINHOS TRILHADOS EM PSICOLOGIA SOCIAL, COMUNITÁRIA E EDUCAÇÃO POPULAR: EXPERIÊNCIAS DE ESTUDANTES EM (TRANS)FORMAÇÃO

© 2022 Edição brasileira
by RFB Editora

© 2022 Texto
by Autor(es)

Todos os direitos reservados

RFB Editora

Home Page: www.rfbeditora.com

Email: adm@rfbeditora.com

WhatsApp: 91 98885-7730

CNPJ: 39.242.488/0001-07

Av. Augusto Montenegro, 4120 - Parque Verde, Belém - PA, 66635-110

Editor-Chefe

Ednilson Souza

Diagramação

Danilo Wothon Pereira da Silva

Design da capa

Elson Cavalcante Silva

Revisão de texto

Ábia Costa Camacho

Bibliotecária

Janaina Karina Alves Trigo Ramos

Produtor editorial

Nazareno Da Luz

<https://doi.org/10.46898/rfb.9786558892809>

Catálogo na publicação

Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

C183

Caminhos trilhados em psicologia social, comunitária e educação popular: experiências de estudantes em (trans)formação / Alexsandra Maria Sousa Silva (Organizadora), Ana Terezinha da Costa (Organizadora), Antonio Jucelino Tomas Filho (Organizador), et al. – Belém: RFB, 2022.

Outros organizadores

Felipe Plácido dos Santos

Francisca Batista de Carvalho Albuquerque

Cellyneude de Souza Fernandes

Livro em PDF

80 p.

ISBN: 978-65-5889-280-9

DOI: 10.46898/rfb.9786558892809

1. Psicologia. I. Silva, Alexsandra Maria Sousa (Organizadora). II. Costa, Ana Terezinha da (Organizadora). III. Tomas, Antonio Jucelino Filho (Organizador). IV. Título.

CDD 150

Índice para catálogo sistemático

I. Psicologia

Alexsandra Maria Sousa Silva
Ana Terezinha da Costa
Antonio Jucelino Tomas Filho
Felipe Plácido dos Santos
Francisca Batista de Carvalho Albuquerque
Cellyneude de Souza Fernandes
(Organizadores)

CAMINHOS TRILHADOS EM PSICOLOGIA SOCIAL, COMUNITÁRIA E EDUCAÇÃO POPULAR: EXPERIÊNCIAS DE ESTUDANTES EM (TRANS)FORMAÇÃO

Edição 1

Belém-PA





Todo o conteúdo apresentado neste livro, inclusive correção ortográfica e gramatical, é de responsabilidade do(s) autor(es).

Obra sob o selo *Creative Commons*-Atribuição 4.0 Internacional. Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

Conselho Editorial

Prof. Dr. Ednilson Sergio Ramalho de Souza - UFOPA (Editor-Chefe)

Prof. Dr. Laecio Nobre de Macedo-UFMA

Prof. Me. Darlan Tavares dos Santos-UFRJ

Prof. Dr. Rodolfo Maduro Almeida-UFOPA

Prof. Me. Francisco Pessoa de Paiva Júnior-IFMA

Prof.^a Dr.^a. Ana Angelica Mathias Macedo-IFMA

Prof. Me. Antonio Santana Sobrinho-IFCE

Prof.^a Dr.^a. Elizabeth Gomes Souza-UFPA

Prof. Me. Raphael Almeida Silva Soares-UNIVERSO-SG

Prof.^a. Dr.^a. Andréa Krystina Vinente Guimarães-UFOPA

Prof.^a. Ma. Luisa Helena Silva de Sousa-IFPA

Prof. Dr. Aldrin Vianna de Santana-UNIFAP

Prof. Me. Francisco Robson Alves da Silva-IFPA

Prof. Dr. Marcos Rogério Martins Costa-UnB

Prof. Me. Márcio Silveira Nascimento-IFAM

Prof.^a Dr.^a. Roberta Modesto Braga-UFPA

Prof. Me. Fernando Vieira da Cruz-Unicamp

Prof.^a Dr.^a. Neuma Teixeira dos Santos-UFRA

Prof. Me. Angel Pena Galvão-IFPA

Prof.^a. Dr.^a. Dayse Marinho Martins-IEMA

Prof.^a Ma. Antônia Edna Silva dos Santos-UEPA

Prof.^a. Dr.^a. Viviane Dal-Souto Frescura-UFSM

Prof. Dr. José Moraes Souto Filho-FIS

Prof.^a. Ma. Luzia Almeida Couto-IFMT

Prof. Dr. Carlos Erick Brito de Sousa-UFMA

Prof.^a. Ma. Ana Isabela Mafra-Univali

Prof. Me. Otávio Augusto de Moraes-UEMA

Prof. Dr. Antonio dos Santos Silva-UFPA

Prof.^a. Dr. Renata Cristina Lopes Andrade-FURG

Prof. Dr. Daniel Tarciso Martins Pereira-UFAM

Prof.^a. Dr.^a. Tiffany Prokopp Hautrive-Unopar

Prof.^a. Ma. Rayssa Feitoza Felix dos Santos-UFPE

Prof. Dr. Alfredo Cesar Antunes-UEPG

Prof. Dr. Vagne de Melo Oliveira-UFPE

Prof.^a. Dr.^a. Ilka Kassandra Pereira Belfort-Faculdade Laboro

Prof. Dr. Manoel dos Santos Costa-IEMA

Prof.^a. Dr.^a. Érima Maria de Amorim-UFPE

Prof. Me. Bruno Abilio da Silva Machado-FET

Prof.^a. Dr.^a. Laise de Holanda Cavalcanti Andrade-UFPE

Prof. Me. Saimon Lima de Britto-UFT

Prof. Dr. Orlando José de Almeida Filho-UFSJ

Prof.^a. Ma. Patrícia Pato dos Santos-UEMS

Prof.^a Dr.^a. Isabella Macário Ferro Cavalcanti-UFPE
Prof. Me. Alisson Junior dos Santos-UEMG
Prof. Dr. Fábio Lustosa Souza-IFMA
Prof. Me. Pedro Augusto Paula do Carmo-UNIP
Prof.^a. Dr.^a. Dayana Aparecida Marques de Oliveira Cruz-IFSP
Prof. Me. Alison Batista Vieira Silva Gouveia-UFG
Prof.^a. Dr.^a. Silvana Gonçalves Brito de Arruda-UFPE
Prof.^a. Dr.^a. Nairane da Silva Rosa-Leão-UFRPE
Prof.^a. Ma. Adriana Barni Truccolo-UERGS
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares-UFPI
Prof. Me. Fernando Francisco Pereira-UEM
Prof.^a. Dr.^a. Cátia Rezende-UNIFEV
Prof.^a. Dr.^a. Katiane Pereira da Silva-UFRA
Prof. Dr. Antonio Thiago Madeira Beirão-UFRA
Prof.^a. Ma. Dayse Centurion da Silva-UEMS
Prof.^a Dr.^a. Welma Emidio da Silva-FIS
Prof.^a. Ma. Elisângela Garcia Santos Rodrigues-UFPB
Prof.^a. Dr.^a. Thalita Thyrza de Almeida Santa Rosa-Unimontes
Prof.^a. Dr.^a. Luci Mendes de Melo Bonini-FATEC Mogi das Cruzes
Prof.^a. Ma. Francisca Elidivânia de Farias Camboim-UNIFIP
Prof. Dr. Clézio dos Santos-UFRRJ
Prof.^a. Ma. Catiane Raquel Sousa Fernandes-UFPI
Prof.^a. Dr.^a. Raquel Silvano Almeida-Unespar
Prof.^a. Ma. Marta Sofia Inácio Catarino-IPBeja
Prof. Me. Ciro Carlos Antunes-Unimontes

Nossa missão é a difusão do conhecimento gerado no âmbito acadêmico por meio da organização e da publicação de livros científicos de fácil acesso, de baixo custo financeiro e de alta qualidade!

Nossa inspiração é acreditar que a ampla divulgação do conhecimento científico pode mudar para melhor o mundo em que vivemos!

Equipe RFB Editora

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	9
CAPÍTULO 1	
PSICOLOGIA E ASSISTÊNCIA PSICOSSOCIAL ÀS FAMÍLIAS NO CRAS: PARTILHANDO EXPERIÊNCIAS EM METAMORFOSE	11
Beatriz Ximenes Martins Mesquita	
Kariny Kelly Pereira Melo	
Thalyta Thayane Silva Linhares	
Antonio Jucelino Tomas Filho	
Amanda Silva Mesquita	
Alexsandra Maria Sousa Silva	
DOI: 10.46898/rfb.9786558892809.1	
CAPÍTULO 2	
PRÁTICAS DA PSICOLOGIA NO CRAS: ENSAIOS SOB A PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA COMUNITÁRIA.....	23
Anaiana Aguiar Azevedo	
Andressa Rodrigues Damasceno	
Jéssica de Aguiar Silva Ribeiro	
Yanna Ravena Belchior Pessoa	
Ana Terezinha da Costa	
Anália de Oliveira Porfírio	
Alexsandra Maria Sousa Silva	
DOI: 10.46898/rfb.9786558892809.2	
CAPÍTULO 3	
OS DESAFIOS DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL COM MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER (CRM)	35
Danny Yhan Tomás Santos	
Francisco Ronald da Silva Arruda	
Gerusa Maria Gomes Holanda	
Joyce Coelho Vasconcelos	
Rosaly Tavares Farias	
Thayná Nogueira Sampaio	
Francisca Batista de Carvalho Albuquerque	
Anne Graça de Sousa Andrade	
Alexsandra Maria Sousa Silva	
DOI: 10.46898/rfb.9786558892809.3	
CAPÍTULO 4	
RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A PSICOLOGIA JUNTO A UMA COMU- NIDADE DE PESCADORES, NO INTERIOR DO CEARÁ	45
Isabelle Alcântara Nunes	
Kariny Kelly Pereira Melo	
Luana Andrade Afonso	
Nara Oliveira Júlio	
Felipe Plácido dos Santos	
Francisco Clauber Romão Filho	
Paula Frassinetti Jales Cartaxo	
Alexsandra Maria Sousa Silva	
Cellyneude de Souza Fernandes	
DOI: 10.46898/rfb.9786558892809.4	

CAPÍTULO 5

RELATO DE EXPERIÊNCIA: APROXIMAÇÕES E PARTILHAS SOBRE O SER E SE FAZER LIDERANÇA COMUNITÁRIA53

Daiana Marques Mouta
Felipe Plácido dos Santos
Lysiere Firmo Albuquerque Marques
Alexsandra Maria Sousa Silva
Cellyneude de Souza Fernandes
DOI: 10.46898/rfb.9786558892809.5

CAPÍTULO 6

REFLEXOS E REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DA LIDERANÇA PARA O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO63

Ana Oziele Rodrigues da Silva
Beatriz Vieira Sabino de Farias
Tiago de Oliveira Vasconcelos
Felipe Plácido dos Santos
Weslley Gomes de Sousa Marinho
Ticiania Magalhães Bonfim de Brito
Alexsandra Maria Sousa Silva
DOI: 10.46898/rfb.9786558892809.6

CAPÍTULO 7

RELATOS DE UMA PARCERIA ENTRE PESQUISA E ENSINO: CAMINHOS, PRÁTICAS E VIVÊNCIAS71

Cellyneude de Souza Fernandes
Francisco Clauber Romão Filho
Ticiania Magalhães Bonfim de Brito
Francisco Eden Paiva Fernandes
Alexsandra Maria Sousa Silva
DOI: 10.46898/rfb.9786558892809.7

ÍNDICE REMISSIVO.....79

PREFÁCIO

A expressão “às margens da sociedade” soa como algo familiar? Há seres às margens da sociedade? Percorrer esses contextos e explicitar o conhecimento construído materializa processos formativos de estudantes e suas transformações.

Conhecer os contextos das grandes massas populares deveria ser cada vez mais oportuno para seres potencialmente mediadores de transformações, como o são os estudantes, sem dissociar estes da relação, se compromissada, com educadoras e educadores. Já ressalto que aqueles se transformam também ao decidirem trilhar sua formação em caminhos ao lado de grupos em situação de vulnerabilidades (das mais diversas), a não ser que estejam mergulhados numa alienação que os cegue e não permita querer enxergar o que está na cara.

Chegar nesses grupos sociais, mediar o diálogo para construção de conhecimentos, ativar o modo empatia, se permitir escutar, facilitar a “denúncia” (e também se revoltar) e provocar anúncios que sinalizem possibilidades de libertação, é ao mesmo tempo instigante e inquietante. É uma provocação a refletirmos sobre o que fazer de um profissional e sua responsabilidade na mediação do processo de conscientização de grupos sociais vulneráveis.

Caras e caros leitores são vocês convidadas e convidados a contemplar nesse livro as trilhas que vêm abrindo caminhos na psicologia social, comunitária e educação popular.

Faço questão em citar os seguintes nomes: Alexsandra, Terezinha, Jucelino, Felipe, Francisca e Cellyneude. Somos parceiros em nossa insurgência em territórios rurais e na aproximação de seres no campo de atuação da psicologia, não a tradicional, mas a necessária, aquela social e comunitária e atrelada à educação popular. São essas e esses os organizadores deste livro, uma das obras que materializa seus processos (trans)formativos em territorialidades cearenses. Ainda destaco sobre os organizadores o fato de comporem o Grupo de Pesquisa em Psicologia Social e Saúde - GEPEC, uma comunidade sim, onde o contínuo dessas transformações é problematizado e irradiado no diálogo teoria e prática.

O livro está estruturado em capítulos contendo conhecimentos relacionados à psicologia no CRAS com partilha de experiências de assistência social, no capítulo 1 e perspectivas no âmbito da psicologia comunitária, no capítulo 2. Já no capítulo 3, tão necessário quanto atual, está a questão da violência doméstica contra mulheres. Em nível comunitário, no capítulo 4, a psicologia em comunidades de pescadores

também está relatada. O ser e se fazer liderança comunitária e o papel de liderança para o desenvolvimento comunitário são as abordagens, respectivas, dos capítulos 5 e 6. O último capítulo nos apresenta como fruto colhido ao longo do tempo com uma experiência sistematizada da parceria pesquisa e ensino trilhado no rural em territórios do semiárido cearense desde 2015.

Grato, como sempre serei pelo convite para redigir esse prefácio, desejo aos leitores que possam contemplar as trilhas de conhecimentos (trans)formadores compartilhados nesse livro.

Sobral, CE, Abril de 2022

Dr. Francisco Eden Paiva Fernandes
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária



CAPÍTULO 1

PSICOLOGIA E ASSISTÊNCIA PSICOSSOCIAL ÀS FAMÍLIAS NO CRAS: PARTILHANDO EXPERIÊNCIAS EM METAMORFOSE

Beatriz Ximenes Martins Mesquita
Kariny Kelly Pereira Melo
Thalyta Thayane Silva Linhares
Antonio Jucelino Tomas Filho
Amanda Silva Mesquita
Alexsandra Maria Sousa Silva

DOI: 10.46898/rfb.9786558892809.1

INTRODUÇÃO

A assistência social no Brasil, regulamentada e efetivada como política pública e direito de todo cidadão é um fenômeno consideravelmente recente e é atribuída através de regalias da Constituição Federal de 1988, entretanto no ano de 1993 com a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) regulamentada nos artigos da CF.88 e aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), foram definidos novos conceitos e modelos de Assistência Social para o Brasil, mudando o paradigma da visão do favor para a do direito social, da condição de assistido para a de cidadãos de direitos, assim buscando a inclusão e a proteção social. Já em 2004, a Assistência Social ganha uma condição de Política Pública, desta forma, fazendo parte do eixo da Seguridade Social, funcionando como um sistema que garante o bem estar social brasileiro, assim formando o tripé: Saúde, Previdência Social e Assistência Social, onde com isso passa a ser um dever do Estado e direito do cidadão. De acordo com a PNAS, a assistência social deve ser prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição a seguridade social e dentro dos seus objetivos estão: proteção a família, a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice.

É importante ressaltar que a assistência social no Brasil e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) se configuram em alguns importantes segmentos, sendo a Proteção Social Básica (PSB) fundamental no contexto social na vida dos cidadãos brasileiros, por permitir o oferecimento de serviços, programas, ações e benefícios. No contexto social preventivo, a PSB busca evitar a permanência e agravamento das vulnerabilidades e riscos sociais por meio do desenvolvimento de potencialidades, assim como a vigilância e leitura familiar, visando a não violação dos direitos de cidadania e fortalecendo os vínculos familiares e comunitários. De acordo com a PNAS (2004), a Proteção Social Básica: [...] Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras) (PNAS, 2004, p.31 e 32).

Vale salientar que são executados programas e projetos dentro dessas unidades, e se faz essencial evidenciar o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), que no ano de 2009 foi alterado de programa para serviço, assim adquirindo um caráter continuado, descentralizado e universalizado. O PAIF possui uma característica significativa e relevante para o presente artigo, no sentido de que é um forte aliado para o enfrentamento à pobreza, à fome e às desigualdades sociais.

Ademais, chegamos na chave do objetivo do presente artigo: O CRAS. O Centro de Referência da Assistência Social é uma unidade pública estatal de base territorial, que se localiza em áreas de maior vulnerabilidade social, e tem como objetivo o desenvolvimento local, buscando potencializar o território de modo geral.

Seu foco é a prevenção e promoção da vida, por isso o trabalho do psicólogo deve priorizar as potencialidades. Nesse contexto a atuação do profissional da psicologia deve se voltar para a valorização dos aspectos saudáveis presentes nos sujeitos, nas famílias e na comunidade. Além disso, é importante que o psicólogo se atente às situações que demandam atenção, cuidado e aproximação. É essencial a visão da Psicologia partindo dessa perspectiva da assistência social (CREPOP - Centro de Referência técnica em Psicologia e Políticas Públicas, 2007, p 12). O indivíduo, em interação constante com seu contexto social (familiar, comunitário), é o eixo da produção e utilização do conhecimento psicológico numa prática comprometida com o desenvolvimento, a justiça e a equidade social (MARTINEZ, 2003). A capacidade de enfrentamento das situações da vida é afetada pelas experiências, condições de vida e significados construídos ao longo do processo de desenvolvimento. Alterar o lugar do sujeito nas políticas de Assistência Social, potencializando a sua capacidade de transformação, envolve também construção de novos significados.

A relevância deste artigo consiste em problematizar com os leitores sobre as atividades e o trabalho do psicólogo no dispositivo do CRAS, além de propor reflexões acerca dessa atuação e de como podem existir melhorias nesse processo. Ademais, demonstrar algumas questões que atravessam a sociedade e estão presentes no dia a dia. Diante do exposto, este ensaio tem como objetivo refletir sobre possíveis contradições que atravessam a atuação do psicólogo com famílias no CRAS.

MÉTODO

Neste trabalho foi utilizada a pesquisa qualitativa que segundo Godoy (1995) é realizada de modo subjetivo na qual engloba observação e análise dos fatos sociais para compreender determinado fenômeno. Para além disso, com o intuito de uma melhor coleta de dados foram realizadas pesquisas em sites, livros e utilização de artigos. A fim de complementar e obter melhores resultados e discussões, os estudantes experienciaram visitas ao CRAS e participaram de rodas de conversas com profissionais que atuam nesse espaço.

Oliveira (1996) aborda a respeito da importância da leitura para com o desenvolvimento próprio em diversas perspectivas, onde a partir deste ato o indivíduo irá formar-se e construir-se. Freire (2003) relata que a leitura e a realidade estão intimamente ligadas, onde a realidade chega primeiro à percepção do indivíduo e posteriormente tem-se acesso à leitura da palavra. A leitura da palavra, pode gerar uma ampliação de perspectiva sobre a realidade a qual o homem está inserido, provocando diferentes visões. Dessa forma, Oliveira (1996) retoma sobre a leitura como uma forma de aprendizagem, como forma de expandir seu conhecimento.

Através dos pensamentos anteriores, pode-se compreender a respeito da importância da leitura para com o indivíduo que busca construir novos conhecimentos, como também construir-se como profissional capacitado e ciente de diversas técnicas em seu campo de atuação. Nesta perspectiva, torna-se importante abordar a respeito da Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, onde implementa-se o estágio supervisionado como um ato educativo, onde o estudante poderá compreender as competências necessárias para as suas atividades profissionais (BRASIL, 2008).

Nessa perspectiva, Freire (1996) traz em seus escritos “não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino”, mediante a isso, pode-se observar a respeito da importância da construção de conhecimentos, através das vivências ao qual estamos inseridos, onde a pesquisa realizada atualmente constrói o conhecimento utilizado futuramente. Por meio disso, entende-se a necessidade de construir relatos de experiência, para que a pesquisa se mantenha viva, se construindo e se formando continuamente, atualizando as vivências que devem ser observadas e concebendo as intervenções necessárias.

A partir disso foi feito uma análise de conteúdo, que é uma técnica de pesquisa qualitativa sugerida por Bardin (2011), que funciona como uma investigação a partir das informações coletadas e exige um processo de acordo com as fases definidas, no qual são: pré-análise, exploração do material e tratamento dos dados. Estes foram sistematizados e organizados nas seguintes categorias: principais demandas identificadas no CRAS; intervenções junto ao PAIF e os desafios da atuação Psi.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Principais demandas no CRAS

O CRAS que tem como base a Proteção Social Básica (PSB) atua com a prevenção de riscos, garantia de direitos e fortalecimento de vínculos, então, conhecendo o objetivo de atuação desse equipamento público, é entendido como demanda: as situações de vulnerabilidade social, em outras palavras, situações essas de pessoas que estão suscetíveis a possíveis riscos sociais, que muitas vezes não conhecem os direitos e deveres que possuem, e o Estado precisa intervir para a garantia destes. Vale salientar que esses riscos são diversificados, em resumo, podem ser identificados quando pessoas passam por perigos, dos mais variados, e não somente a perigos, mas a qualidade de vida, necessidades básicas humanas, necessidades essas garantidas em leis, como por exemplo, crianças e adolescentes que possuem o direito de estudar, assegurado pelo ECA, e a escola notifica algumas faltas recorrentes de determinado aluno, isso pode configurar um risco social da criança ou do ado-

lescente se inserir numa situação de não ir mais a escola, portanto, o CRAS previne que isso aconteça, acompanhando e orientando a família, esse é um exemplo básico de demanda.

Ademais, tendo em vista que o papel da PSB é prevenir, protegendo os indivíduos que já se encontram em situação de vulnerabilidade social de entrar numa condição de risco social, é válida a reflexão de que as vulnerabilidades já existentes são como uma propensão maior ao risco. Essa contextualização se faz necessária para evidenciar as principais demandas do CRAS em um município no interior do Ceará, e por meio dessa pesquisa ficou evidente que uma das demandas mais recorrentes é a negligência, caracterizada pela não preocupação da família com algum dos membros em diferentes situações.

Foi muito forte identificarmos, nessa experiência, que a negligência neste município é uma das mais fortes vulnerabilidades sociais existentes, surgindo como demanda alguns casos relacionados a baixa frequência escolar dos filhos, ou de idosos que se encontram em uma situação de abandono pela família. No entanto, é importante atentar-se para o contexto social onde essas famílias estão inseridas, para não reproduzir discursos de um meio capitalista, responsabilizando-as de maneira isolada, desconsiderando as desigualdades que assolam o nosso país, e construir pensamentos críticos a respeito de direitos e deveres em relação à pessoas que estão à margem de uma sociedade, pois concomitante a família que é tida como negligente, também está sendo negligenciada, é o que expressa Sampaio (2021).

Sabe-se que são muitos os fatores sociais que permeiam a vida de famílias pobres, onde a maioria vive para sua subsistência, sobrevivência de si e de seus membros familiares, portanto, o cuidado e proteção para com os filhos, pais, ou parentes próximos, ocupam um lugar na vida dessas pessoas de menor prioridade, as preocupações, problemas se diferenciam muito dos obstáculos que famílias ricas possuem, há uma grande discrepância, ou seja, quando se fala em família negligente, fala-se também em desigualdade social (MATA, 2017). Além disso, outra demanda que identificamos nas visitas e rodas de conversa foi a insegurança alimentar, que foi colocada como a segunda mais forte demanda atualmente, e principalmente durante a pandemia do COVID-19 que os casos aumentaram de maneira intensa. Ademais, outras demandas foram identificadas, mas em menor frequência do que as já citadas, como risco de abuso, uso de substâncias e risco de exploração patrimonial, porém, a mais acentuada continuava sendo a negligência.

Intervenções junto ao PAIF: o lugar da Psicologia

O serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF) faz parte da PSB, portanto, é referenciado pelo CRAS, sendo o segundo após a estrutura física do primeiro, ele é um dos principais serviços da proteção social de assistência social, e consequentemente, no CRAS, ele também é o serviço mais importante, nele são realizados trabalhos socioassistenciais com famílias em situação de vulnerabilidade e risco social que são identificadas pelos profissionais que nesse serviço atuam, porém são feitas buscas ativas e orientações sobre os objetivos do serviço, e pode também receber encaminhamentos de outros equipamentos públicos (BRASIL, 2013, p. 12).

Identificamos a importância que o PAIF possui, alguns fazeres específicos como o acompanhamento individual das famílias, os encaminhamentos que podem ser realizados, os grupos que podem ser criados a depender das demandas, e os objetivos desse serviço, que se resumem a identificação de potencialidades da família. Neste trabalho é feito um plano, onde é realizada uma análise individual da família, ele é constituído para que ela não entre em risco social, dá a garantia de direitos e permite atingir alguma potencialidade familiar.

O acompanhamento feito pelo PAIF tem um tempo mínimo de duração de seis meses, além de que também realiza os encaminhamentos necessários para os outros serviços que são ofertados, como o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, o Programa Criança Feliz, e outros benefícios sociais que podem ser alcançados. Ademais, esse acompanhamento que é realizado com as famílias, é feito pelo menos mensalmente, e pode ser executado por visitas domiciliares, onde se conhece o ambiente familiar, e por grupos no intuito de fortalecer os vínculos comunitários, esses grupos são para toda a família que é o foco do PAIF, não somente um dos membros, como por exemplo, grupo de gestantes, grupo para cuidadores, grupos que sejam de acordo com temas que perpassam as famílias acompanhadas, ou seja, as demandas das mesmas identificadas.

Além disso, a equipe integrante desse serviço é composta por técnicos de referência, que são os assistentes sociais, psicólogos ou pedagogos (MDS, 2009). Esta pesquisa tem como objetivo evidenciar a importância do profissional de psicologia nesse serviço, pois as intervenções que são feitas no PAIF são as mesmas para qualquer técnico de referência, e isso é motivo de controvérsia e debates inseridos nessa área de trabalho em relação a atuação da psicologia, sobre o que fazer e qual a diferença de atuação.

Segundo as orientações técnicas do CRAS, é obrigatório ter na composição técnica o assistente social, e outro profissional de nível superior, preferencialmente psicólogo (MDS, 2019). O termo preferencialmente induz ao entendimento de que o trabalho, formação técnica do profissional de psicologia é importante para aquele serviço, para que as identificações de potencialidades acontecessem de maneira objetiva e eficaz, tendo em vista que isso contribui para que se faça um planejamento de como a família pode superar uma vulnerabilidade, sair de um risco social ou prevenir.

A propósito, de acordo com essas menções, entende-se que uma das intervenções que são realizadas no PAIF, é o planejamento de intervenção das famílias, e para isso, é necessário identificar as potencialidades daquela família, o profissional de psicologia possui uma formação pautada na subjetividade dos indivíduos que é imbricada por uma coletividade, pelas construções de sociedade, de uma comunidade, e de forma mais específica, também de uma família. O foco do CRAS e, consequentemente dos demais serviços que nele é localizado, é o fortalecimento de vínculos comunitários e familiares, por isso a existência dos grupos e dos demais serviços. A psicologia também exerce uma escuta qualificada, especializada, técnica, que contribui para um melhor desenvolvimento desse equipamento.

No que tange as controvérsias em relação a diferenciação da atuação entre os técnicos de referência, e ao que interessa a respeito desta pesquisa, que é a atuação do psicólogo, também foi identificado na entrevista e entendido que o assistente social tem algumas propriedades e o psicólogo a depender dos acordos, também permanece com algumas atribuições específicas, como por exemplo, o acesso a benefícios eventuais que tem o assistente social, pois ele elabora um relatório social que é próprio da sua atuação, já o manejo e facilitação de grupos muitas vezes são direcionados aos psicólogos, a escuta qualificada etc.

DESAFIOS NA ATUAÇÃO

Foi possível perceber que muitos são os desafios vivenciados pelo psicólogo atuante no CRAS, de acordo com a pesquisa uma das dificuldades mais relevantes enfrentada é o não saber por parte das famílias e também dos colaboradores no CRAS, que o trabalho do psicólogo na instituição não é clínico. E essa também é uma questão abordada no Manual de Orientações Técnicas do CRAS que cita:

Os profissionais da Psicologia não devem adotar o atendimento psicoterapêutico no CRAS. Assim, esses profissionais não devem “patologizar” ou categorizar os usuários do CRAS nos seus atendimentos, mas intervir de forma a utilizar dos seus recursos teóricos e técnicos para: a) compreender os processos subjetivos que podem gerar ou contribuir para a incidência de vulnerabilidade e risco social

de famílias e indivíduos, b) contribuir para a prevenção de situações que possam gerar a ruptura dos vínculos familiares e comunitários, e c) favorecer o desenvolvimento da autonomia dos usuários do CRAS. Esses profissionais devem fazer encaminhamentos psicológicos para os serviços de saúde, quando necessários (MDS, 2009, p. 65).

Dessa forma é necessário saber que a atuação do psicólogo nesse dispositivo não é para fins terapêuticos, mas de apoio e acolhimento as famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social. O profissional muitas vezes atua fazendo uma escuta qualificada e a depender da demanda, ele faz o encaminhamento do indivíduo para os serviços de saúde, no qual pode se realizar uma psicoterapia, mas este não é um serviço ofertado pelo CRAS. Além disso, é de grande relevância que o psicólogo possa fazer um trabalho e uma intervenção nesse desafio encontrado para que as pessoas saibam qual o seu papel dentro do CRAS e os serviços no qual ele atua.

Ademais, encontramos uma dificuldade relacionada a superação da condição de vulnerabilidade social. Como citado por Romagnoli (2015), essa condição de vulnerabilidade social trata-se de um conjunto de ocorrências cotidianas que estão associadas à pobreza, mas não se podem resumir a ela, é uma variedade de acontecimentos do cotidiano em que as pessoas vivem uma precariedade de acesso a serviços básicos, e em situação de baixa renda. Diante disso, “esse conceito se refere a condições “desfavoráveis” dadas, remetendo às dimensões objetivas de exclusão social.”

Com isso, considera-se que uma das principais intervenções deste dispositivo é atuar no enfrentamento das vulnerabilidades sociais e também de preveni-las. São intervenções que por muitas vezes os efeitos são visualizados a longo prazo ou por muitas vezes não chegam a ser vistos, por isso é uma das maiores dificuldades enfrentadas pelo psicólogo no CRAS. Dessa forma, é necessário aos psicólogos, e aos outros profissionais, que atuem nesse contexto com abertura, empatia, acolhimento e criticidade para lidar com as adversidades que surgem no caminho.

Além disto, vimos que os usuários atendidos por esse CRAS era majoritariamente feminino. Geralmente são as mães, chefes de famílias, buscando por seus direitos. Como por exemplo, o Programa Bolsa Família, também é colocado no nome da mãe. Isso retrata uma realidade que vem desde muito tempo, na qual é possível perceber a grande responsabilidade que as mulheres têm dentro de casa e para com os filhos. Isto é percebido quando se olha para o censo de 2010 do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em que “as mulheres são a maioria da população em situação de extrema pobreza, ou seja, apresentam renda de até R\$70,00

mensais, representando 50,5% do total, ou seja, cerca de 8,2 milhões de mulheres em todo o Brasil.” (IBGE, 2011 apud CARLOTO; MARIANO, 2012, p. 25). Com isso, é possível encontrar outro fator de dificuldade das mulheres, no qual pelas responsabilidades domésticas encontram-se impossibilitadas de formar uma carreira profissional e se configura como a maior parte da população em situação de extrema pobreza. Diante disso, é preciso se questionar acerca do papel das mulheres e dos gêneros na sociedade e na família, em suas configurações contemporâneas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal deste artigo foi aprofundar os contrastes da atuação do psicólogo diante das famílias no trabalho desenvolvido pelo CRAS. Os resultados mostraram que os contrastes encontrados na atuação do psicólogo estão divididos em fatores positivos e negativos. Podemos elencar os positivos como disponibilizar acompanhamento para essas famílias no intuito de fortalecer seus vínculos, planejar intervenções através da identificação das suas potencialidades, fornecer apoio e acolhimento as famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social e atuar no enfrentamento frente as vulnerabilidades sociais e preveni-las. Como aspectos negativos da atuação identificamos: a confusão na compreensão da sua atuação Psi no dispositivo, sendo confundido com uma atuação clínica, assim como as diversas dificuldades sobre a função do psicólogo nesse dispositivo.

É válido criar espaços e estratégias para favorecer a visibilidade de aspectos que passam despercebidos no cotidiano de trabalho, como a importância da vinculação psicólogo- beneficiário, a escuta empática e acolhedora nos atendimentos. Dessa forma, pode se inferir que todos os profissionais desse dispositivo, em especial os psicólogos, devem atentar-se em estar cada vez mais próximos dos beneficiários, construir intervenções coletivas e que favoreçam a co-participação.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome. **SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SNAS. TIPIFICAÇÃO NACIONAL DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS**. BRASÍLIA, 2013. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf> Acesso em 02 de dezembro de 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.788 de 25 de Setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de

23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm; Acesso em: 23 de Março de 2022.

CARLOTO, Maria Cássia; MARIANO, Silvana Aparecida. (2012). **Empoderamento, trabalho e cuidados: mulheres no programa bolsa família**. Textos & Contextos (Porto Alegre), 11(2), 258 - 272. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/fass/article/view/12337>>. Acesso em 27 de novembro de 2021.

Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). **Crepop**, 2019. Disponível em: http://crepop.pol.org.br/6784_referencias-tecnicas-para-atuacao-de-psicologas-na-atencao-basica-a-saude-2019. Acesso em: 19 de nov. de 2021.

Freire, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 45º ed. – São Paulo, Cortez, 2003.

Freire, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25º ed. – São Paulo, Paz e Terra, 1996.

DE OLIVEIRA, Camila Nunes *et al.* **A política de assistência social e os conceitos de vulnerabilidade social e risco social**. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 2019. 2019.

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa Qualitativa - tipos fundamentais**. Revista de Administração de Empresas. São Paulo: RAE, v. 35, p. 20-29, maio/jun. 1995

MACÊDO, Orlando Júnior Viana *et.al.* **Atuação dos profissionais de psicologia no CRAS do Interior da Paraíba**. Trends Psychol. 26(2) • Apr-Jun 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.9788/TP2018.2-20Pt>. Acesso em: 27 de novembro de 2021

MATA, Natália Teixeira; SILVEIRA, Liane Maria Braga da; DESLANDES, Suely Ferreira. **Família e negligência: uma análise do conceito de negligência na infância**. Ciência & Saúde Coletiva [online]. 2017, v. 22, n. 0, p. 2881-2888. Disponível em: Acesso em: 01 de dezembro 2021.

OLIVEIRA, Maria Helena Mourão Alves de. Funções da leitura para estudantes de graduação. **Psicologia Escolar e Educacional** [online]. 1996, v. 1, n. 1 [Acessado 22 Março 2022] , pp. 61-68. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-85571996000100009>>. Epub 03 Feb 2011. ISSN 2175-3539. <https://doi.org/10.1590/S1413-85571996000100009>.

Política Nacional de Assistência Social. **mds.gov**, novembro de 2005. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 19 de nov. de 2021.

SAMPAIO, Amanda Martins. **O Estado Penal e a criminalização da pobreza: a linha-tênue entre as influências do capital e a negligência familiar**. 2021. 53 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2021.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social-CRAS. 1. Ed. Brasília, 2009.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.





CAPÍTULO 2

PRÁTICAS DA PSICOLOGIA NO CRAS: ENSAIOS SOB A PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA COMUNITÁRIA

Anaiana Aguiar Azevedo
Andressa Rodrigues Damasceno
Jéssica de Aguiar Silva Ribeiro
Yanna Ravena Belchior Pessoa
Ana Terezinha da Costa
Anália de Oliveira Porfírio
Alexsandra Maria Sousa Silva

DOI: 10.46898/rfb.9786558892809.2

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento das políticas de assistência social no Brasil ocorreu a partir da era Vargas, em 1930, e tinha como objetivo realizar intervenções sociais mais sistematizadas na sociedade, porém, foi apenas no ano de 1988, com a promulgação da Constituição Federal, que a Assistência Social tornou-se um direito a todos os cidadãos, criando a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) devendo ser a assistência descentralizada, universal e executada pelo Estado (CARVALHO *et al*, 2021).

Com a criação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS (PEREIRA; GUARESCHI, 2017) equipamentos e serviços de assistência também foram criados, por exemplo, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), unidade pública de serviço que serve de referência para famílias e indivíduos no contexto comunitário e está situada em territórios onde há maior vulnerabilidade social (MARTINS; SILVA, 2020).

A Psicologia foi regulamentada como profissão em 1962 e, após dois anos desse acontecimento, surge a lei que atribuía as funções específicas para a categoria, porém, em 1964 a ditadura militar se instaurou no Brasil, sendo apenas em 1970 que se têm os primeiros registros da prática da Psicologia em comunidades (SILVA; ALBANESE, 2020), demonstrando ser um campo ainda recente de atuação deste profissional. O psicólogo passou a compor a equipe dos CRAS em 2005, tornando-se membro obrigatório das equipes apenas em 2011, o que trouxe um novo cenário para os profissionais e para o próprio campo da Psicologia, que passaram a atuar em uma área ainda pouco explorada e em construção (SOUZA, 2020). Posto isto, tornou-se necessário estudos para que haja o aperfeiçoamento e reconhecimento das práticas possíveis, no qual este estudo justifica-se pela importância de conhecer como estas ações já ocorrem dentro dos dispositivos de assistência social.

Apesar do avanço do número de pessoas atuantes nos campos de assistências públicas, pesquisas como a realizada por Silva e Albanese (2020) têm mostrado que os profissionais ainda possuem uma grande carência de uma melhor definição de sua atuação nesse serviço, não havendo, na visão dos entrevistados, modelos ou direcionamento técnico que possam orientá-los de forma eficiente, estando estes profissionais em maior parte das vezes sem a base teórica necessária para uma prática capaz de gerar mudança nas comunidades. Portanto, o presente artigo possui relevância em níveis sociais, acadêmicos e práticos, visto que a prática psicológica no contexto das assistências públicas ainda carece com relação a aspectos teóricos e práticos, devendo ser temática diária e constante dentro das discussões dos cursos

de Psicologia, pois muitos profissionais ainda não estão devidamente preparados para o trabalho que é realizado dentro desses serviços.

Em pesquisa realizada por Pereira e Guareschi (2017), os resultados obtidos foram a culpabilização, feita por alguns psicólogos, da situação de vulnerabilidade social das famílias, além de identificarem práticas individualistas de atenção psicológica, o que é algo preocupante, pois é pouco provável pensar desta forma e, ao mesmo tempo, agir de modo que possibilite uma mudança significativa da situação vivida por esses usuários da assistência, sendo necessário a busca de um pensamento crítico, estando essas questões de vulnerabilidade atreladas a fatores, econômicos, políticos e históricos.

A Psicologia Comunitária surgiu como uma forma de resposta a chamada “Crise da Psicologia Social”, ocorrida na década de 1970, quando os profissionais da área começaram a se questionar sobre o real fazer da Psicologia, corroborando para que, a partir desses questionamentos, se tornasse possível a construção de práticas de intervenção junto às pessoas em situação de vulnerabilidade. Esta ciência, que em 1980 se reconfigura como um campo da Psicologia Social, partindo da chamada crise da Psicologia Social Brasileira, está atrelada ao debate de questões e ações comunitárias de transformação social, existindo por meio de reflexões e ações com interesse na compreensão de como a dinâmica comunitária implica nas subjetividades e nas relações cotidianas dos indivíduos, tendo como um de seus princípios o combate à desigualdade econômica (CASTRO; MARYORGA, 2019).

Infelizmente, a temática das políticas sociais públicas ainda tem sido pouco tratada pelos cursos de formação, principalmente em relação à complexidade das políticas de assistência, o que traz consequências para a práxis da Psicologia Comunitária, por exemplo, a falta de preparo dos profissionais atuantes (FURLAN, 2018), demonstrando ser um campo que ainda tem muito a se difundir e ser estudado, pois depende muito do interesse pessoal e acadêmico dos estudantes fora do campo universitário.

As demandas com as quais o psicólogo se depara dentro do CRAS são complexas (SILVA; ALBANESE, 2020), necessitando que os profissionais desse serviço realizem uma escuta acolhedora e empática nos seus atendimentos, de modo a compreender melhor as vulnerabilidades e potencialidades do usuário e da comunidade (ANDRADE; MORAIS, 2017). Diante do exposto, o objetivo deste artigo é refletir sobre a atuação do psicólogo no CRAS, sob a perspectiva da Psicologia Comunitária latino-americana.

MÉTODO

Utilizou-se um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, a partir de uma roda de conversa dos alunos da disciplina de Psicologia Comunitária de uma faculdade privada de um município do interior do Ceará, com uma profissional de Psicologia atuante em um CRAS. A elaboração deste artigo teve como finalidade contribuir para o progresso do conhecimento, tornando-se assim relevante para desenvolver a sistematização da construção de estudos da modalidade RE, pois o saber científico contribui no estudo do sujeito e sua propagação está relacionada com a transformação social (CÓRDULA; NASCIMENTO, 2018).

A roda de conversa foi proporcionada através de uma visita técnica dos alunos regularmente matriculados na disciplina de Psicologia Comunitária no período letivo de 2021.2 com a finalidade de analisar as particularidades da atuação do psicólogo dentro do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). A visita foi realizada em um bairro periférico de um município do interior do estado do Ceará, o que tornou importante levar em consideração alguns conceitos da Psicologia Comunitária que auxiliaram na realização dos possíveis diálogos entre a atuação do psicólogo e a Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

O CRAS é uma unidade de proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de alcance do melhoramento de vínculos familiares e comunitários e do crescimento do acesso aos direitos de cidadania.

O primeiro bloco foi intitulado “Atuação em Psicologia”, no qual os relatos sobre atuação do psicólogo foram mencionados e discutidos e o segundo bloco foi intitulado “Relação com outros Campos e Projetos”, em que foram discutidas as experiências da psicologia juntamente com outras políticas públicas e equipamentos que envolvem diversos âmbitos da sociedade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Atuação em Psicologia

A prática “Psi” exclusivamente baseada e dirigida aos aspectos individuais e subjetivos do indivíduo, a dissociação do sujeito frente à sociedade e a desconsideração da subjetividade e da objetividade como uma relação mútua foram alguns dos aspectos presentes na atuação do psicólogo no Brasil durante grande parte do século XX e que, nos anos 1970 e 1980, com o surgimento de movimentos de reivin-

dicação e mudanças sociais frente à Ditadura Militar, foi duramente criticado pela sociedade da época, resultando em novos projetos para a Psicologia, que deveria agora estender suas ações para as maiorias excluídas e sua prática para além dos consultórios particulares (RECHTMAN; BOCK, 2019). Segundo Furlan (2018), é durante esse período de novas formas de pensar a Psicologia que ocorre o nascimento da Psicologia Social Comunitária, com a finalidade de transformação social e conscientização das lutas sociais das classes populares.

A Psicologia passou, então, a realizar suas ações dentro de diferentes contextos da sociedade, como a social, a saúde e principalmente a comunitária. Dentro desses contextos, o trabalho juntamente a comunidade é, atualmente, uma das formas de atuação do psicólogo que mais se faz necessária. A comunidade aqui referenciada, que pode ser tanto geográfica quanto psicossocial, é onde ocorre a vida cotidiana dos moradores daquele lugar (FURLAN, 2018). Góis (1994) conceitua a comunidade como sendo uma esfera da sociedade que possui história, costumes, valores e tradições próprias, sendo um lugar de morada e crescimento de indivíduos que, dentro desse espaço, fazem parte de uma determinada cultura, identidade social e relações sociais. A roda de conversa teve como objetivo entender um pouco mais do trabalho do psicólogo frente a comunidade dentro de um equipamento de políticas públicas, o CRAS.

Participamos de uma roda de conversa onde partilhamos a experiência de uma psicóloga no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de um município do interior do Ceará, onde atuava como técnica de referência do PAIF e realizava grupos familiares. Posteriormente, passou a atuar como facilitadora do programa Crescer Bem, voltado para a primeira infância.

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) oferta serviços como o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) que tem como objetivo o acompanhamento dos usuários com foco na prevenção de risco e na promoção de potencialidades, procurando garantir o acesso aos direitos desses indivíduos (MARTINS; SILVA, 2020). O Programa Crescer Bem, ofertado pelo CRAS, tem como objetivo o acompanhamento de famílias em situação de extrema pobreza e que possuem crianças, além da transferência de renda para essas famílias, com o objetivo de trabalhar o desenvolvimento da criança (PREFEITURA DE SOBRAL, 2021). Vale ressaltar que a pobreza aqui descrita não é entendida apenas a partir de uma perspectiva unidimensional, ou seja, monetária, mas sim a partir de uma perspectiva multidimensional (SEN, 2010) que entende a pobreza como uma privação

de aspectos básicos do ser humano, tais como culturais, sociais, materiais, políticas, monetários, ideológicos e simbólicos (XIMENES *et al*, 2016).

O trabalho comunitário, bem como os projetos e as intervenções realizados dentro do Programa Crescer Bem também foram apresentados. Ele ocorre através de atividades grupais com as mães ou cuidadoras das crianças de 0 a 6 anos de famílias em situação de extrema pobreza cadastradas no programa, como uma forma de acompanhamento e de apoio para que elas tenham outras visões enquanto mães e mulheres sobre o papel delas no desenvolvimento infantil da criança. É dentro desses próprios grupos que as intervenções ocorrem, na qual trabalham temáticas voltadas para a primeira infância como, por exemplo, desenvolvimento infantil e não uso de violência, de maneira a fazer com que as mães ou cuidadoras possam, simultaneamente, compartilhar de experiências pessoais e aprender umas com as outras enquanto mães e mulheres.

Outros tipos de atividades, de cunho mais prático e próximas a realidade vivida por essas mães e cuidadoras, também são realizadas nesses grupos. Dinâmicas utilizando cartazes, por exemplo, e que abordam temáticas presentes na vida dessas mães e cuidadoras ocorrem com o objetivo de fortalecer os vínculos entre as participantes. A leitura de estudos de casos próximos a realidade vivida pelas participantes também é uma atividade realizada nesses grupos, onde elas podem expressar suas opiniões a respeito do conteúdo que os profissionais do CRAS trouxeram. Segundo Castro e Mayorga (2019), as atividades práticas e as intervenções psicossociais realizadas pela Psicologia Comunitária permitem ao sujeito conhecer a própria realidade vivida, possibilitando assim, que ele se aproprie e transforme essa realidade de forma a se tornar um sujeito de sua história.

Vygotsky (2007) enfatiza a importância da interação, tanto em contextos familiares quanto sociais, para o desenvolvimento humano em todas as idades, na qual as relações com outras crianças e a mediação com adultos é fundamental para que a criança se desenvolva, aprenda e se constitua como indivíduo. Soma-se a essa, as contribuições da Psicologia Social, com Silvia Lane. A Psicologia Social é transformadora para o sujeito, pois mesmo em situação de vulnerabilidade e pobreza, ele ainda possui autonomia, capacidade e potencialidade para ser ator de sua própria história. Foi possível identificarmos que as ideias de Lane e as ideias de Vygotsky se complementam na prática do psicólogo no CRAS.

A atuação do psicólogo no CRAS, pautada na Psicologia Histórico-Cultural, faz possível uma prática voltada para a crítica à individualização dos problemas humanos, já que entende a origem e o desenvolvimento dos processos mentais do

sujeito como compostos socialmente, culturalmente e historicamente, a partir da participação ativa do homem, e mediada pelo uso de instrumentos e signos (MENZ; CAMARGO, 2020). O indivíduo é entendido, na Psicologia Social, como historicamente e socialmente construído a partir de suas relações sociais vivenciadas dentro de um determinado contexto em que está presente, sendo o papel dessa Psicologia o de transformar a realidade social daqueles sujeitos que estão em condição de vulnerabilidade e, pautada nessa concepção de homem, a Psicologia Social Comunitária objetiva a transformação dos indivíduos dentro da comunidade em sujeitos ativos, históricos e comunitários, procurando desenvolver a consciência dos moradores e não apenas o desenvolvimento dos grupos e da própria comunidade (FURLAN, 2018). Percebe-se que a Psicologia Histórico-Cultural e a Psicologia Social possuem visões muitas parecidas entre si que, por vezes, se complementam, e que a Psicologia Comunitária, apesar de possuir concepções próprias, baseia alguns de seus aspectos nessas duas PsicoLOGIAS.

Além disso, gostaríamos de destacar que a pandemia da COVID-19 foi período bem difícil para atuação dos profissionais no CRAS, visto que, por conta de todas as limitações houve dificuldades dos usuários, para acessar o equipamento, os grupos familiares não poderiam acontecer e não era possível realizar as visitas e os atendimentos domiciliares às famílias como forma de acompanhamento desses usuários. Devido a todos os protocolos sanitários que devem ser seguidos para que não ocorresse a contaminação e propagação do novo coronavírus SARS-CoV-2 (COVID-19), muitos serviços de assistência social que faziam atendimentos presenciais tiveram que parar com seus trabalhos, dificultando o acompanhamento da equipe profissional para com os usuários dos serviços, em especial o CRAS. Com essa experiência foi possível perceber que, para as pessoas em situação de pobreza ou extrema pobreza, a pandemia piorou sua condição de vulnerabilidade.

A história de colonização dos países da América Latina, juntamente com o desenvolvimento tardio da produção capitalista contribuíram para as desigualdades sociais, a pobreza e a miséria nessa região que, em tempos de crise como a da pandemia da COVID-19, aumentam significativamente, principalmente para aqueles que já estavam em situação de vulnerabilidade social (QUINZANI, 2020). Com o isolamento social e a quarentena durante esse período, o número de desempregados por conta da diminuição das atividades econômicas cresceu drasticamente, atingindo as populações mais vulneráveis socialmente, o que necessitou aos governos ações rápidas como formas de assegurar a renda desses indivíduos (FREITAS; PENA, 2020). O CRAS foi um dos equipamentos públicos bastante procurado durante a

pandemia, visto que possui diversos programas e benefícios que garantem a renda dos indivíduos e das famílias usuárias do serviço.

Relações com outros campos e projetos

O CRAS, por ser um equipamento de proteção social básica presente em diversos territórios, necessita de articulação com outros serviços e equipamentos das políticas públicas, de modo a realizar um trabalho que alcance os diversos âmbitos da vida dos usuários. Quando, no município, não há a ocorrência de uma rede intersetorial política e social fortalecida entre o CRAS e os demais equipamentos públicos, a centralização das demandas psicológicas dentro desse serviço de proteção social básica é maior (SANTOS; ARAZENDO, 2020). A falta de intersetorialidade entre os órgãos públicos pode prejudicar os profissionais das redes e os usuários que necessitam dos atendimentos prestados pelos equipamentos.

O CRAS possui uma equipe multiprofissional que deve trabalhar, através de diversos campos a saber as demandas dos usuários. Identificamos que existem atividades similares realizadas pelos profissionais e outras que são bem diferentes. Todos os profissionais demonstram compreender que sua atuação deve ser em benefício da comunidade e realizam funções como visitas domiciliares e grupos, no entanto o modo como lidam com as demandas e exercem essas funções são diferenciados. Este é um tema complexo e importante para ser pesquisado mais a fundo.

A equipe deve trabalhar integrada e interligada entre si com o objetivo de realizar ações que assegurem e concretizem os direitos dos indivíduos, priorizando propostas que emergem durante a realidade vivida no serviço (BATISTA *et al.*, 2020). A partir dessa realidade, a equipe deve empregar a interdisciplinaridade, visando a articulação entre os saberes dos profissionais para que ocorra maior efetividade entre as ações realizadas no território e, conseqüentemente, maior enriquecimento do campo de conhecimento dos profissionais envolvidos (ALMEIDA; AFONSO, 2020). A multi e interdisciplinaridade contribuem para que a centralização das demandas dos sujeitos não fiquem restritas a apenas um campo de saber sendo, assim, abordadas de forma holística. É imprescindível que todos, dentro do CRAS, entendam o real propósito do trabalho realizado pelo serviço e entendam que todos os profissionais envolvidos tem sua importância frente as demandas existentes na comunidade.

O psicólogo/psicólogo social deve possuir algumas habilidades para que sua atuação em diversos contextos, principalmente nos sociais, aconteçam. Alguns pontos que a profissional relatou, ao longo da roda de conversa, sobre as habilidades do psicólogo na atuação em diversos contextos, principalmente no CRAS, é que ele

precisa saber dispor de uma sensibilidade no ouvir e no falar, gostar de trabalhar com pessoas e com grupos, visto que irá entrar contato com todos os tipos de pessoas, e entender que aqueles em situação de vulnerabilidade possuem uma identidade própria. Saber fortalecer vínculos também é uma habilidade que o psicólogo precisa ter, visto que fortalecer os vínculos entre os integrantes da família possibilita que todos saibam quais seus papéis no contexto familiar e qual o papel da família frente a sociedade.

Com relação as intervenções que realiza com os usuários do equipamento e com as pessoas em situação de vulnerabilidade social, a profissional relatou que não são fáceis, já que esses usuários possuem muita resistência diante dos trabalhos dela, por tudo que já passaram na vida e devido a profissional ser uma pessoa desconhecida que vai entrar em suas casas e fazer questões sobre suas vidas. A respeito de como essas intervenções ocorrem, vimos que é fundamental criar vínculo com a pessoa atendida, procurando ter empatia, na forma de falar e se expressar, buscando, assim, fazer com que esse indivíduo entenda que ela está ali para mediar a garantia dos seus direitos e não, simplesmente, lhes fazer um favor.

O trabalho do psicólogo juntamente com as pessoas em situação de vulnerabilidade social, indivíduos oprimidos que enfrentam uma desigualdade estrutural, deve ser pautado em intervenções que utilizem a conscientização como ponto de partida, para que se tornem seres ativos (BATISTA *et al.*, 2020). Para Martín-Baró (1996), conscientizar não se trata apenas de uma mudança de opinião do indivíduo sobre sua realidade vivida, mas se refere a uma mudança na forma como esse indivíduo se relaciona com o meio ambiente e com outros indivíduos da sociedade. Os métodos e processos de conscientização fazem com que essas pessoas assumam um papel de sujeitos de sua própria vida e história, tornando-se conscientes de sua situação e buscando soluções para os problemas enfrentados no dia a dia, derivados de determinantes sociais e políticos presentes na sociedade (FURLAN, 2018). Fazer com que o sujeito encontre suas potencialidades é importantíssimo, para que se ocorra uma conscientização e transformação da realidade vivida desse sujeito.

Por fim, ao final da roda de conversa, vimos a importância do psicólogo saber ouvir as histórias e experiências desses indivíduos, sem julgamentos e entender que o psicólogo não deve impor comportamentos ou ações a essas pessoas. Segundo Castro e Mayorga (2019), as interações, dentro do trabalho com a comunidade, junto aos sujeitos em situação de vulnerabilidade e marcados pelas desigualdades sociais, propiciam que o/a psicólogo/a pense a respeito de si mesmo e sobre a sociedade, ocorrendo então um processo de intervenção no próprio profissional, por meio dos

fortes relatos narrativos dos sujeitos, que denunciam, muitas vezes, a inabilidade do outro, em ouvi-los e entenderem suas opiniões e desejos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desse modo, este trabalho teve como ponto de partida conhecer a atuação do profissional de Psicologia no CRAS sob o olhar da Psicologia Comunitária, considerando a importância do psicólogo na área. Mesmo com todos os desafios e obstáculos enfrentados ao longo dos anos, as políticas públicas são, cada vez mais, necessárias para a população brasileira. Nós, como estudantes em formação e os profissionais de psicologia que se deparam com um público que vivencia uma realidade de extrema vulnerabilidade social, precisamos possuir um olhar sensível, linguagem adequada e escuta qualificada sendo isto essencial para a construção de uma intervenção dentro desses dispositivos.

O objetivo deste trabalho foi refletir sobre a atuação do psicólogo no CRAS, sob a perspectiva da Psicologia Comunitária latino-americana, sendo alcançada à medida que percebemos o quanto a prática, aliada a teoria e ao compromisso social pode favorecer o acolhimento e fortalecimento de vínculo para a vida dos indivíduos em situação de vulnerabilidade social. Percebemos que ainda existem, dentro do contexto das políticas públicas, obstáculos como a falta de comunicação/intervenção em conjunto com outras políticas, aspectos essenciais para a assistência ao usuário, ou seja, da continuação do serviço, tornando-se necessário que elas tenham um diálogo mais estreito.

No que cabe à psicologia, podemos ver que o psicólogo necessita entender que não se deve chegar apenas com metodologias prontas, impondo o que os sujeitos devem fazer, mas sim realizar uma escuta dos indivíduos e junto com eles construir estratégias que beneficiem o melhor para eles naquele momento. Ademais, é necessário também uma boa relação com a equipe para o desenvolvimento de intervenções em grupos, promovendo a autonomia e espaço de fala para os indivíduos. Cabe apontar que é de suma importância a prática do profissional de Psicologia no CRAS, sob o olhar da Psicologia Comunitária, destacando também o quanto essa atuação pode ser transformadora na vida dos indivíduos.

Desta forma se reconhece que as discussões deste estudo não se encerram neste âmbito, ao passo que reconhecemos existir ainda uma longa caminhada da Psicologia para construção de uma práxis libertadora nas políticas de assistência social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luana Aparecida; AFONSO, Maria Lúcia Mirando. O diálogo interdisciplinar no CRAS: desafios para a equipe multidisciplinar de proteção social básica. **Braz. J. of Develop.**, Curitiba, v. 6, n. 12, p. 96785-96804, 2020.

ANDRADE, Anne Graça de Sousa; MORAIS, Normanda Araújo de. Avaliação do Atendimento Recebido no CRAS por Famílias Usuárias. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 37, n. 2, p. 378-392, 2017.

BATISTA, Beatriz Santos *et al.* Experiências e aprendizados vivenciados no estágio supervisionado I no CRAS do Alto Sertão Paraibano. **Psicologia: um olhar do mundo real**, v. 2, 2020.

CARVALHO, Déborah Lima de *et al.* Atuação de psicólogos nos CRAS do Nordeste: uma revisão sistemática. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 21, n. 50, p. 197-210, abr. 2021.

CASTRO, Ricardo Dias de; MAYORGA, Claudia. Decolonialidade e pesquisas narrativas: contribuições para a Psicologia Comunitária. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, v. 14, n. 3, p. 1-18, 2019.

CÓRDULA, Eduardo Beltrão de Lucena; NASCIMENTO, Glória Cristina Cornélio do. A produção do conhecimento na construção do saber sociocultural e científico. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 18, p. 1-10, 2018.

FREITAS, Maria do Carmo Soares de; PENA, Paulo Gilvane Lopes. Fome e pandemia de Covid-19 no Brasil. **Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia**, Pelotas, v. 8, n. 1, p. 34-40, 2020.

FURLAN, Vinícius. A práxis na Psicologia Social Comunitária e nas Políticas Públicas (ou sobre seu sentido político). **Rev. Gestão e Políticas Públicas**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 84-100, 2018.

GÓIS, Cezar Wagner de Lima. **Noções de Psicologia Comunitária**. Fortaleza, ed. 21 1994.

GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar. **Record**, Rio de Janeiro, ed. 14, p-14, 1997.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. O Papel do Psicólogo. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 2, n. 1, p. 7-27, 1996.

MARTINS, Tayná Ceccon; SILVA, Rafael Bianchi. A psicologia no CRAS: articulações possíveis para a participação popular. **Rev. Polis e Psique**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 144-163, 2020.

MENZ, Dione Maria; CARMAGO, Denise de. Psicólogos nas Políticas Públicas de Assistência Social: Atuação em CRAS e interface com a formação acadêmica. **Psicologia Argumento**, Paraná, v. 38, n. 101, p. 431-449, 2020.

PEREIRA, Vinícius Tonollier; GUARESCHI, Pedrinho A. A Psicologia no CRAS: um estudo de representações sociais. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 29, p. 1-11, 2017.

Prefeitura Municipal de Sobral. Programa Crescer Bem. **Secretaria dos Direitos Humanos, Habitação e Assistência Social**, Sobral, 2021. Disponível em: <https://sedhas.sobral.ce.gov.br/programas-sedhas/crescer-bem-1>. Acesso em: 19 nov. 2021.

QUINZANI, Marcia Angela Dahmer. O avanço da pobreza e da desigualdade social como efeitos da crise da COVID-19 e o estado de bem-estar social. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 2, n. 6, 2020.

RECHTMAN, Raizel; BOCK, Ana Mercês Bahia. Formação do Psicólogo para a realidade brasileira: identificando recursos para atuação profissional. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 35, p. 1-10, 2019.

SANTOS, Maria Emilia. ARANZEDO, Alexandre Cardoso. Psicologia no CRAS articulada ao sistema de garantia de direitos. **ECOS: Estudos Contemporâneos da Subjetividade**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 2-10, 2020.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Amanda Carollo Ramos da; ALBANESE, Luciana. Formação acadêmica e atuação do psicólogo nos Centros de Referência de Assistência Social. **Pesqui. prá. psicossociais**, São João del-Rei, v. 15, n. 4, p. 1-16, dez. 2020.

SOUZA, Laura Vilela e. Práticas discursivas entre psicóloga/o e usuária/o no cotidiano de um CRAS. **Psicologia em Estudo**, Paraná, v. 25, p. 1-14, 2020.

VIGOTSKI, Lev Semyonovich. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

XIMENES, Verônica Moraes *et al.* Pobreza multidimensional e seus aspectos subjetivos em contextos rurais e urbanos nordestinos. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 21, n. 2, p. 146-156, abr./jun. 2016.



CAPÍTULO 3

OS DESAFIOS DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL COM MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER (CRM)

Danny Yhan Tomás Santos
Francisco Ronald da Silva Arruda
Gerusa Maria Gomes Holanda
Joyce Coelho Vasconcelos
Rosaly Tavares Farias
Thayná Nogueira Sampaio
Francisca Batista de Carvalho Albuquerque
Anne Graça de Sousa Andrade
Alexsandra Maria Sousa Silva

DOI: 10.46898/rfb.9786558892809.3

INTRODUÇÃO

A violência contra as mulheres é algo que sempre ocorreu, isso é fato. Esse tipo de violência, causada muitas vezes, pelo companheiro íntimo, se configura como um grave problema de saúde pública no Brasil. O país teve uma escalada trágica nos últimos anos no ranking dos países que cometem esse tipo de crime, subindo para o quinto lugar, ou seja, o quinto país no mundo que mais mata mulheres por feminicídio (MACHADO; CASTANHEIRA; ALMEIDA, 2021).

O presente trabalho trata de questões ligadas à violência doméstica contra a mulher, e busca conhecer sobre a atuação do profissional de Psicologia, as nuances que perpassam o seu fazer nesse contexto e os desafios que seu trabalho impõe. Assim sendo, nos decorre uma necessidade em compreender o contexto de trabalho desses profissionais, assim como são afetados por esses atendimentos.

É muito comum, quando pensamos em violência doméstica, vir a ideia da agressão física, mas é preciso que seja definido que existem vários tipos de violências domésticas, além da física, que é aquela em que a vítima é lesionada e sofre prejuízos ao seu corpo. A violência sexual é aquela em que o agressor obriga a vítima a participar, presenciar ou manter relações sexuais que não queira. Já a violência patrimonial ocorre quando a mulher tem seus bens materiais e/ou documentos assolados. No caso da violência moral a mulher é caluniada, difamada ou sofre injúrias. Quando a vítima sofre uma violência emocional se torna mais difícil de perceber pois ela é bem mais sutil e silenciosa. Ela sofre com humilhações, desvalorizações, xingamentos e tem sua autoestima reduzida (FONSECA; RIBEIRO; LEAL, 2012)

Conforme Sucasas (2017), no Brasil é notório que a família também é o contexto de preconceito, violação de direitos e morte. Praticamente metade dos feminicídios é cometido por membros familiares. Durante o período de isolamento social, por conta da pandemia da Covid 19, os números relacionados a esse tipo de violência cresceram e isso se deve ao aumento de tempo que essas mulheres passaram a ficar dentro de seus lares com seus agressores, sem a oportunidade, muitas vezes, de pedir ajuda a pessoa próximas de seu círculo de convivência (NIELSSON; WERMUTH, 2021). A violência contra a mulher existe em nossa sociedade como algo estrutural. Vivendo em uma sociedade patriarcal fica cada vez mais evidente o quanto o papel de submissão aos homens é impetrado às mulheres e como essa mulher fica suscetível à violência doméstica causada por aquele que a subjuga, ou seja, seu companheiro (GOMES, 2020).

A Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres foi criada em 2003 e anterior a sua criação não existiam políticas nacionais sociais voltadas para o enfrentamento à violência contra a mulher, existiam apenas ações isoladas (RODRIGUES, 2019). A partir daí surgiram equipamentos voltados exclusivamente para o atendimento de mulheres, como o Centro de Referência da Mulher - CRM que será o cenário deste trabalho. Diante do exposto verifica-se que muitas dessas mulheres, vítimas de tais violências, vêm procurando os equipamentos sociais para encontrar ajuda que pode vir em forma de acolhimento para suas dores, atendimentos psicossociais e jurídicas, entre outros.

Os profissionais que lidam com essa temática, estão pouco preparados e muitos apresentam limitações, como lacunas na formação acadêmica e limitações de cunho pessoal que estão presentes em suas próprias concepções sobre violência e suas causas, as ações que podem ser ou não estabelecidas e ainda as relações que envolvem essas pessoas. (FEUERWERKER et al., 2014). Lidar com tanta violência e histórias de vidas permeadas por medo, incertezas, sofrimentos contribuem para que esses profissionais se tornem mais vulneráveis ao sofrimento emocional. Segundo Santos, Silva e Espinosa (2020), na conclusão de sua pesquisa sobre o autocuidado de profissionais que trabalham com mulheres em situação de violência, os cursos de Psicologia precisam atentar para essa nova demanda profissional no sentido de incluir em suas grades curriculares uma preparação para que esses graduandos possam chegar ao mercado de trabalho mais fortalecidos e cientes da necessidade em se preparar para os riscos que correm ao lidarem com esse tipo de demanda.

Para chegar aos objetivos propostos levantamos alguns questionamentos que pretendemos responder ao decorrer deste trabalho: Quais influências sociais e emocionais acarretam ao profissional de Psicologia que trabalha com mulheres em situação de violência? De que maneiras sua vida é afetada por esse fazer e de que forma ela lida com essas afetações? Essas indagações foram levantadas a partir de nossas inquietações relacionadas ao fazer do psicólogo nas instituições que lidam com a violência, principalmente a que é direcionada às mulheres.

Diante do exposto, temos como objetivo apresentar reflexões a partir de uma experiência, na condição de estudantes de graduação em Psicologia, no Centro de Referência da Mulher (CRM), localizado em uma cidade, no interior do Ceará.

MÉTODO

O relato de experiência em questão parte do princípio de uma construção de conhecimento compartilhada, que consiste em processos comunicacionais e peda-

gógicos entre pessoas e grupos de saberes, de acordo com a Política Nacional de Educação Popular. A experiência se deu a partir da disciplina de Psicologia Social, articulada à disciplina de estágio, durante o quinto período da graduação em Psicologia.

O Centro de Referência da Mulher (CRM) faz parte de uma rede integrada de atendimento e enfrentamento à violência contra às mulheres. Essa rede teve início no ano de 2007 e foi originada por meio do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra às Mulheres. Nesse pacto se solidificou a importância em se ter por todo território nacional uma rede articulada de acolhimento às mulheres.

Este estudo baseia-se em uma estratégia qualitativa de pesquisa, que permite obter dados que confirmam ou contestam a hipótese levantada. O método utilizado é o indutivo, que visa o conhecimento baseado na experiência. Neste método ocorre a promoção da conexão descendente, ou seja, os pressupostos de raciocínio partem de premissas gerais para premissas particulares. A indução, enfim, “é a argumentação que torna explícitas verdades particulares contidas em verdades universais” (CERVO, 1983, p.46).

Além das visitas, realizamos uma roda de conversa com os profissionais e estagiários de Psicologia sobre a experiência neste campo. Foi discutida e analisada concomitantemente com a leitura de artigos, documentos e teses com temas relacionados à violência contra a mulher e também com as condições psicossociais de mulheres que trabalham em equipamentos de saúde ligados ao tema das violências de gênero. Essa análise e a leitura dos textos resultaram na análise do trabalho. É pertinente informar que esta escrita foi sistematizada em duas categorias centrais: 1ª) Atividades e atendimento geral do serviço e 2ª) Os desafios vivenciados pelos profissionais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Atividades e atendimento geral do serviço: conhecendo o CRM...

Um dos serviços eficazes que prestam acolhimento multiprofissional é o CRM, onde suas atribuições englobam a prestação de assistência à mulher na área social, psicológica, jurídica e educativa fornecendo orientações e encaminhamentos, se necessário, para abrigos sigilosos àquelas mulheres que correm risco de morte (SILVA *et al.*, 2019 apud SARDINHA, 2020). Sendo assim, podemos afirmar que o CRM é um espaço exclusivo para mulheres, onde estas têm acesso a uma equipe multidisciplinar, contando com serviços de psicologia, advocacia, pedagogia e assistência social. Dessa forma, a mulher que necessita dos serviços do CRM está amparada por

diversas áreas, desde situações que necessitam de suporte emocional e financeiro, até as situações que necessitam de conhecimentos e serviços legais.

O maior objetivo do CRM é acolher e orientar mulheres que passam por algum tipo de violência doméstica, estejam elas em situação de vulnerabilidade social ou não. O atendimento é voltado para mulheres com idade acima de 18 anos, onde sigilo é necessário e obrigatório. Em contrapartida, as mulheres menores de 18 anos, precisam ter seus casos encaminhados para o Conselho Tutelar, órgão este que trabalha em parceria com o CRM, assim como a Delegacia da Mulher.

Quando foi escolhido este espaço para construir a experiência na disciplina de Psicologia Social, o nosso intuito, enquanto estudantes em formação, foi compreender como funciona a rotina de trabalho dos profissionais, as demandas trazidas pelas mulheres e como isso os afeta emocionalmente. De acordo com o que nos foi relatado, percebemos que as demandas geralmente trazidas pelas mulheres são intensas e densas. Casos de espancamento, estupro e vários outros tipos de violação dos direitos. As profissionais do CRM lamentaram e nos transmitiram também compactuar com as dores dessas mulheres, onde as mesmas, muitas vezes, decidem por não denunciar ou largar a pessoa que as machucou, trazendo uma sensação de frustração à prática dessas profissionais. Segundo Penso *et al.* (2010) por serem mulheres, tanto as que acolhem como as que são acolhidas, essa relação não tem como ser neutra ou desconectadas de ambas as realidades, tanto sociais quanto psíquicas, afinal tratam-se de semelhanças entre gêneros e talvez violências experimentadas.

Assim como já informado, o CRM conta com uma advogada que trata da parte jurídica. Muitas mulheres chegam sem ter qualquer noção dos seus direitos e precisam de explicações diante de suas dúvidas ou de ameaças infundadas legalmente, feitas por seus agressores. Vale salientar que, muitas vezes, elas também precisam informar à essas mulheres que elas não têm direito a nada material que possuem nessa relação, se deixarem seus agressores. Nós ouvimos, em diferentes momentos, o profissional usar o termo “infelizmente” por ter que dar essas informações, demonstrando mais uma vez o envolvimento com as questões que estão imbricadas nos atendimentos.

O documento nacional de Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, datado de 2006, traz princípio norteador a cessação de violência sofrida pela mulher e a promoção de condições para que esta mulher possa fortalecer sua autoestima e que ela possa tomar decisões para que saia da situação de violência a qual se encontra. A profissional do CRM nos falou da necessidade em manter contato com essas mulheres

no sentido de que elas se sintam minimamente protegidas, sintam que alguém se importa com elas. De acordo com Gomes *et al.*, (2015), “a falta de apoio familiar, por sua vez, dificulta o processo de empoderamento da mulher para sair do ciclo de violência e iniciar vida nova.”. O trabalho executado pelas profissionais do CRM visa também auxiliar essas mulheres nesse empoderamento.

Um dos conflitos a nós exemplificado é entre manter o sigilo exigido e necessário diante das demandas de mulheres que procuram o Centro e quando essa demanda se trata de mulheres menores de 18 anos. Nesses casos elas precisam, legalmente, acionar o conselho tutelar, causando, algumas vezes, um desconforto nesta profissional com relação ao que possa acontecer com essa jovem. O conflito ocorre porque entra em questão o lado ético e moral e ao mesmo tempo ela fica com receio do que possa acontecer com essa garota caso tenha que voltar, por imposição da lei, aos lares que vivem os agressores e, ainda, com esse agressor tendo ciência que ela tentou procurar ajuda.

Os desafios vivenciados pelos profissionais: o lidar com as emoções

Um aspecto que chamou nossa atenção foi a ênfase nas questões que orientam este trabalho, ou seja, questões sobre o lado pessoal e emocional das profissionais que atendem mulheres em situação de violência. No contexto da escuta das queixas trazidas para o CRM, a empatia é fundamental. O ato de se colocar no lugar dessa mulher violentada traz uma compreensão mais profunda sobre o caso. Entretanto, se faz necessário lidar com a empatia, sem misturar-se com o outro. Isso para que as profissionais não se envolvam a ponto de se fragilizar emocionalmente e não dar conta de atender, minimamente, o outro. Além de que, essas pessoas, no caso as profissionais, também precisam de escuta e cuidado. Acolher essas mulheres é tão importante quanto se acolher.

Outro valor mencionado foi o sigilo e o não julgamento à essas mulheres. Não julgamento em qualquer hipótese, seja por ela ter abandonado filhos para fugir de seus agressores ou até mesmo por não querer largar esse companheiro que a machuca e a desrespeita. A necessidade de uma escuta cuidadosa, no sentido de não lhe colocar peso de culpa é necessária para que essas mulheres se sintam acolhidas e encontrem um lugar de confiança, onde possam contar frente sua vulnerabilidade. Esse momento deve ser encarado como uma oportunidade de estabelecer confiança e vínculo com essas mulheres, criando possibilidades para que o ciclo de violência possa ser repensado e, quem sabe, rompido (PENSO, 2014).

Em vários momentos, nessa experiência, vieram reflexões sobre se, frente a dor dessa mulher, haveria a necessidade das profissionais se mostrarem forte em alguns atendimentos, mesmo quando não estiverem emocionalmente bem. Será que, por vezes, essas profissionais, como a psicóloga, entram em conflito diante das próprias demandas de não se sentir, suficientemente, bem para ouvir relatos tão violentos?

Por outro lado, foi possível ratificar que é nesse momento que a existência de uma equipe multidisciplinar se mostra eficaz, pois uma profissional auxilia a outra nesses atendimentos. Quando se trata de humanidade, todos estão suscetíveis à vulnerabilidade, ou seja, nos dias em que existem demandas pessoais, a escuta do profissional pode ficar afetada. Nessa perspectiva, aprendemos que a prática multidisciplinar traz benefícios para as mulheres atendidas e também um ponto de apoio para os profissionais, onde a escuta relacionada à violência precisa de atenção, sensibilidade e cuidado. Quando um profissional não está presente, emocionalmente e psiquicamente, naquele determinado momento, esse apoio se faz ainda mais fundamental. Em um trabalho realizado por Penso *et al.* (2014), afirma-se que o atendimento com outro profissional é uma maneira de trocar, cuidar, de tal forma que a parceria é uma estratégia de fortalecer também a equipe. Percebemos então, como o subjetivo da profissional está implicado em seu fazer e a necessidade de suporte se faz necessária nesses momentos, sejam esses de uma colega ou até mesmo de cuidados pessoais fora ambiente de trabalho.

Ao partir da dimensão voltada para os cuidados pessoais, surgiu uma inquietação: que tipo de formação ela havia recebido para exercer especificamente a função de psicóloga do CRM e quais cuidados ela toma consigo mesma no que diz respeito a fazer uma psicoterapia ou outras terapias de cuidado individualizado?

O CRM recebe visitas de outras profissionais de Psicologia que fornecem palestras sobre saúde mental para as funcionárias, mas não é algo fixo e sim eventual. Sobre isso Silva e Bini (2021), através de um estudo em uma Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) nos traz uma reflexão sobre a importância e necessidade de apoio psicológico e intervenções em saúde mental com os profissionais que atuam em casos de violência, pois é preciso destacar os danos físicos e mentais a que esses indivíduos são submetidos.

Percebemos que, se para elas já era difícil olhar para situações de violência, abuso ou maus tratos contra as mulheres, agora como profissionais atuantes nesses equipamentos, implicadas na escuta ativa, no olhar, no acolhimento e na condução desses processos é algo mais desafiante. Dentre esses desafios, identificamos a dificuldade das profissionais em lidar com mulheres que vivem relações com homens

manipuladores e o sentimento de culpa que estes produzem. Perceber que essas mulheres chegam sofrendo, se sentindo culpadas, colocadas como responsável por aquilo que está acontecendo é uma questão ideológica, que tem a ver com a cultura machista que nos atravessa e que, nesse contexto, aparece de forma escancarada e dolorosa.

Diante do exposto, vivenciar essa experiência como estudantes universitários do curso de Psicologia nos proporcionou uma possibilidade de nos aproximar desse lugar profissional, compreender essas vivências e desenvolver um pensamento mais crítico sobre o machismo e a introjeção desse machismo nas mulheres, atrelado ao sofrimento mais profundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a realização deste trabalho, assumimos o desafio de buscar apropriação teórica e nos experimentar, como estudantes de Psicologia, na descoberta, assimilação e aplicação de metodologias essenciais na construção de uma produção acadêmica, o que possibilitou lidar com todos os impasses pertinentes ao seu processo de construção.

Este ensaio buscou alcançar o objetivo de apresentar reflexões a partir de uma experiência, na condição de estudantes de graduação em Psicologia, no Centro de Referência da Mulher (CRM), localizado em uma cidade, no interior do Ceará. Nesse sentido, foram levantadas questões, tais como: quais seriam as influências sociais e emocionais que acarretam a profissional de Psicologia que trabalha com mulheres em situação de violência? De que maneiras sua vida é afetada por esse fazer e de que forma lida com essas afetações?

Diante disso, vimos que há necessidade das profissionais desenvolverem estratégias para que se possa lidar com as questões do outro e de si, seja por meio de uma equipe multidisciplinar, como também por meio de cuidados pessoais fora do ambiente de trabalho, através de acompanhamento psicoterapêutico e práticas de exercícios físicos.

Por fim, nos compete assinalar sobre a necessidade da produção de pesquisas voltadas a essa temática, principalmente trabalhos acadêmicos e profissionais da Psicologia, no que diz respeito à violência doméstica sofrida pela mulher, mas também quanto à saúde mental dos profissionais que atuam com esse segmento, visando que esse movimento possa contribuir para um engajamento e uma atenção considerável para as questões que ainda possam ser levantadas.

REFERÊNCIAS

BRASIL, 2020. IPEA – **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada** - Atlas da Violência – 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>.

BRASILIA. Norma técnica de uniformização centros de referência de atendimento à mulher em situação de violência. **Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Presidência da República**. 2006.

CERVO, Amado Luis; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**: para uso dos estudantes universitários. 3ª ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

Dados sobre o feminicídio no Brasil #invisibilidademata. Site: Artigo 19, 2018 – Disponível em: <https://artigo19.org/>

FEUERWERKER, Laura Camargo Macruz; MARTINS, Cleide Lavieri; MOREIRA, Tatiana das Neves Fraga; SCHRAIBER, Lilia Blima. **A construção do cuidado**: o atendimento às situações de violência doméstica por equipes de Saúde da Família, 2014.

FONSECA, Denire Holanda da, RIBEIRO, Cristiane Galvão; LEAL, Noêmia Soares Barbosa. **Violência doméstica contra a mulher**: realidades e representações sociais. *Psicologia & Sociedade* [online]. 2012, v. 24, n. 2, pp. 307-314. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000200008>>. Epub 23 Ago 2012. ISSN 1807-0310. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000200008>.

GOMES, Kyres Silva. (2020). Violência contra a mulher e Covid-19: **Revista Espaço Acadêmico**, 20(224), 119-129. Recuperado de <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/55007>

GOMES, Nadirlene Pereira *et al.* The social network for confronting conjugal violence: representations of women who experience this health issue1 1 Work extracted from the thesis - Forging paths for confronting conjugal violence, presented to the Postgraduate Program of the School of Nursing of the Universidade Federal da Bahia (EE/UFBA), in 2009. **Texto & Contexto - Enfermagem** [online]. 2015, v. 24, n. 2, pp. 316-324. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0104-07072015002140012>>. ISSN 1980-265X. <https://doi.org/10.1590/0104-07072015002140012>.

_____. LEI MARIA DA PENHA. **Lei N.º11.340**, de 7 de Agosto de 2006.

MACHADO, Dinair Ferreira, CASTANHEIRA, Elen Rose Lodeiro; ALMEIDA, Margareth Aparecida Santini de. Interseções entre socialização de gênero e violência contra a mulher por parceiro íntimo. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 2021, v. 26, suppl 3, pp. 5003-5012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-812320212611.3.02472020>>. Epub 15 Nov 2021. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/1413-812320212611.3.02472020>.

RODRIGUES, Livia Rocha. **Políticas Públicas de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher**: Uma análise da Casa da Mulher Brasileira de Fortaleza/Ce.

Fortaleza, 2019. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/43805/1/2019_tcc_lrrodrigues.pdf

PENSO, Maria Aparecida *et al.* (2010). O atendimento a vítimas de violência e seus impactos na vida de profissionais da saúde. **Temas em Psicologia**, 18(1), 137-152

Prefeitura de Sobral inaugura nesta terça-feira (13/03) o Centro de Referência da Mulher. Site: Sobral Prefeitura. 2003. Disponível em: <https://sobral.ce.gov.br/informes/principais/prefeitura-de-sobral-inaugura-nessa-terca-feira-o-centro-de-referencia-da-mulher>

SARDINHA, Taís de Jesus. **Abordagem da equipe multiprofissional no cuidado a mulher em situação de violência** – 2020 – salvador/BA. link: <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/bitstream/prefix/2902/1/tcctaissardinha.pdf>

SILVA Juliana Guimarães e. *et al.* Direitos sexuais e reprodutivos de mulheres em situação de violência sexual: o que dizem gestores, profissionais e usuárias dos serviços de referência. **Saúde Soc**, São Paulo, v.28, n.2, p. 187-200, 2019.

SILVA, Andressa Melina Becker da e BINI, Mara Cristina Normídio. Percepções sobre o plantão psicológico em uma Delegacia de Defesa da Mulher. **Psicologia USP** [online]. 2021, v. 32 [Acessado 15 Março 2022], e200201. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-6564e200201>>. Epub 25 Jun 2021. ISSN 1678-5177. <https://doi.org/10.1590/0103-6564e200201>.

SUCASAS, Fabíola. **A família na cultura da violência doméstica. Empório do Direito**, 2017. Disponível em: <https://emporiiododireito.com.br/leitura/a-familia-na-cultura-da-violencia-domestica>.

WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi, & NIELSSON, Joice Graciele. (2021). O domínio do corpo feminino: uma abordagem da dimensão pública da violência contra a mulher no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, 123, 539-580. <https://doi.org/10.9732/2021.v123.74>.



CAPÍTULO 4

RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A PSICOLOGIA JUNTO A UMA COMUNIDADE DE PESCADORES, NO INTERIOR DO CEARÁ

Isabelle Alcântara Nunes
Kariny Kelly Pereira Melo
Luana Andrade Afonso
Nara Oliveira Júlio
Felipe Plácido dos Santos
Francisco Clauber Romão Filho
Paula Frassinetti Jales Cartaxo
Alexsandra Maria Sousa Silva
Cellyneude de Souza Fernandes

DOI: 10.46898/rfb.9786558892809.4

INTRODUÇÃO

Em 1962, a Psicologia foi oficializada como profissão com a aprovação da Lei nº 4.119 por João Goulart (CHAVES, 1992). Em 1964 a ditadura foi instalada no Brasil e surgiram entidades para regulamentar o exercício do psicólogo. No período ditatorial a Psicologia teve pontos positivos e negativos, pois com a regulamentação do trabalho, o psicólogo contribuiu com o sistema opressivo ao buscar encaixar o indivíduo no sistema e assim alienar a população. Isso se deu também pela proibição dos livros da área social pelo sistema, um acervo enorme que mostrava a possibilidade e importância da visão do profissional para com a sociedade.

Em 1960 já se havia estabelecido os princípios básicos para o desenvolvimento comunitário, mas foi na ditadura que muitos psicólogos e estudantes foram para a comunidade se envolver em projetos e ações em busca de uma transformação política e social. Esses profissionais lidavam com pessoas pobres que, muitas vezes não sabiam ler, escrever ou não tinham conhecimento sobre seus próprios direitos, buscando dar suporte e favorecer o empoderamento da população. Nesse sentido, educar não se trata de operar através de instrução, mas sim mediar a relação indivíduo e mundo, para que assim conheçam a si mesmos e o ambiente em que vivem (OLIVEIRA, 2008). Por volta de 1970, a população começou a tomar consciência política e social havendo, assim, um aumento dos movimentos sociais e movimentos de gênero, raça e questões ambientais. Os psicólogos atuavam na criação de debates, com temas que interessavam à população. Após isso, na década de 1980, a Psicologia Comunitária perdurou com a divulgação dos trabalhos realizados nos anos anteriores. Então houve a transformação, validando e remunerando o trabalho comunitário além de levá-lo para escolas, postos de saúde e órgãos de assistência à população, perdurando até atualmente.

A comunidade é um grupo de pessoas que se encontram vivendo em um mesmo local (seja rural ou urbano) e que se unem por interesses em comum. Então, podemos entender que a Psicologia Comunitária é uma área derivada da Psicologia Social e desenvolve atividades dentro do contexto comunitário com objetivo de promover qualidade de vida junto com os moradores. Nesse contexto, o psicólogo comunitário visa a participação ativa e dinâmica dos sujeitos, priorizando o potencial de mudança na relação sujeito-comunidade (ALMEIDA *et al.*, 2015). É um trabalho em conjunto de função política e social, que visa uma união dos indivíduos para atuarem como agentes de transformação.

Segundo Pinheiro (2012), uma das atribuições do psicólogo comunitário é se utilizar de técnicas que possam expandir e facilitar os diálogos que permeiam na

comunidade, diálogos que permitem a existência de um espaço de implicação e de uma ação transformadora nesse contexto. Para isso é importante que o psicólogo tenha um olhar crítico sobre a realidade social e as problemáticas que afetam determinada comunidade.

É muito importante quando se fala em psicologia comunitária pensar em trabalhos em grupo, considerando sua pluralidade, onde cada indivíduo carrega um pouco do grupo dentro de si, há então a necessidade de compreender o grupo, para a partir disso pensar em estratégias de intervenção. Sendo assim, cabe ao psicólogo comunitário construir uma práxis em que o morador se reconheça como sujeito ativo no processo de desenvolvimento pessoal e comunitário, em prol da sua autonomia e liberdade (GOIS, 2005).

O surgimento da Psicologia Comunitária permitiu o desenvolvimento de práticas sociais nas comunidades enfatizando a saúde coletiva, a noção de grupo, a delimitação das intervenções e a importância do diálogo e da atuação do psicólogo na condição de facilitador (AZEVEDO, 2014), abrangendo outras formas de existir e contribuindo em práticas psicossociais de saúde.

Este trabalho justifica-se pela relevância da construção de conhecimento teórico e prático que a experiência, desde a graduação, pode produzir. Esta é basilar para gerar questionamentos e favorecer o pensamento crítico sobre a psicologia no contexto social e comunitário contemporâneo. Com isso, o objetivo deste trabalho é apresentar um relato de experiência de estudantes universitários, atuantes na área de Psicologia Comunitária, em uma comunidade de pescadores, no interior do Ceará.

MÉTODO

Este trabalho foi construído a partir de experiências com profissionais que atuam em Psicologia Comunitária e com moradores de uma comunidade de pescadores no interior do Ceará. Utilizamos do relato de experiência como método, com a finalidade de selecionar um conjunto de informações sobre estágio e pesquisa, com balanços e metas do que foram ou não alcançados, escrito em linguagem técnica (CÓRDULA; NASCIMENTO, 2018). A proposta é promover a divulgação de conhecimento e vivências a partir da experiência dos estudantes, em formação.

A experiência ocorreu em novembro de 2021, através de encontros via Google Meet, por conta do isolamento social provocado pela pandemia da Covid-19 que impossibilitou ocorrer presencialmente. A metodologia deste ocorreu através

de uma roda de conversa, com duração que variou entre 2 a 3 horas, com vistas a conhecer a comunidade de pescadores, localizada no interior do Ceará, e refletir sobre as intervenções já realizadas lá, por psicólogos e estudantes. Também se utilizou uma coleta de dados em artigos e livros sobre a atuação do psicólogo comunitário nas comunidades e a Psicologia Comunitária, debatidos ao longo da disciplina.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados estão organizados nas seguintes categorias: o papel da psicologia comunitária; o sentimento de pertence; intervenções em grupos e comunidades. Após a apresentação, serão articulados com os referenciais teóricos e epistemológicos da Psicologia Comunitária construída no Ceará.

É possível perceber que o psicólogo comunitário tem um papel muito relevante dentro da comunidade e pode impactar de uma forma bastante significativa para os sujeitos presentes nela. Como foi percebido durante essa experiência, o impacto da atuação da psicologia nesse campo veio a longo prazo e transformou o modo de vida de seus moradores. Mesmo depois da primeira intervenção realizada pelo psicólogo comunitário na região, ocorrida há dois anos atrás, foi possível ver os frutos desse trabalho, no contato com os moradores e na forma de se organizar daquela comunidade.

Foi possível perceber que a intervenção trouxe resultados significativos para a comunidade na dimensão econômica e contribuiu com o reconhecimento dos próprios sujeitos em relação ao lugar em que vivem. Segundo Costilla (2006, p. 25-26), “a expectativa da sociedade civil de ganhos econômicos e sociais se mostra com clareza na demanda popular majoritária de inclusão de direitos sociais, culturais e políticas públicas”.

A primeira intervenção realizada há dois anos, por um profissional da Psicologia Comunitária, iniciou com vistas a identificar as necessidades, a partir da visão da própria comunidade. Isso ocorreu, neste tempo, através de fazer uma busca ativa e inserção na comunidade. Além disso, nos foi relatado, na roda de conversa que também fizeram algumas caminhadas comunitária, com o intuito de conhecer as pessoas e reconhecer as diferenças culturais existentes. Na época, foi identificado que as mulheres tinham talento para o artesanato, entre elas, uma parcela vendia seus trabalhos a preços baixíssimos para que fossem comercializados em regiões turísticas do estado, a preços bem mais altos.

Outra intervenção relatada, que nos chamou bastante atenção, foi a realização de círculos de cultura (FREIRE, 1991). Este método está embasado em uma perspectiva pedagógica, democrática e libertadora do diálogo acerca dos interesses da comunidade em questão, para que se percebam como seres humanos e donos de sua história. São estruturados em momentos tais como: a investigação do universo vocabular, do qual são extraídas palavras geradoras (FREIRE, 1991; DANTAS, 2014). A relevância dessa técnica para a forma de compreender como grupos se apresentam é justificada a partir da transformação social.

O Círculo de Cultura constitui-se locus da vivência democrática, de formas de pensamentos, experiências, linguagens e de vida, que possibilita o estabelecimento de condições efetivas para a democracia de expressões, de pensamentos e de lógicas com base no respeito às diferenças e no incentivo à participação em uma dinâmica que lança o sujeito ao debate, focando os problemas comuns (DANTAS, 2014). Sendo assim, no caso trabalhado nessa experiência, o círculo de cultura se deu por meio da fala de cada morador sobre a sua experiência e criando um sentimento de pertença.

O principal fruto identificado na roda de conversa e que se originou da prática da Psicologia Comunitária foi a criação do grupo de mulheres artesãs, que continua em funcionamento até hoje. Com isso conseguiram fomentar a valorização do artesanato na região. Assim, foi possível contribuir com a transformação da comunidade, através de sua economia e da mediação do sentimento de pertença de seus moradores.

Entende-se, portanto, que é imprescindível refletir sobre as estratégias de atuação que possam fortalecer o sentido de comunidade, a partir do compromisso com a solidariedade, na relação com o outro e a comunidade (MOURA *et al.*, 2022). As estratégias pensadas pelos profissionais abarcando o conhecimento da comunidade é mais bem aderida. Outra categoria relacionada a esse pertencimento é o bem-estar subjetivo, que pode ser também chamado de bem-estar psicológico, satisfação com a vida, dentre outros (BENATUIL, 2003). Desta forma é possível perceber que é de grande valia o sentimento de pertença dos sujeitos da comunidade, para que assim possam se sentir cada vez mais capazes e fortalecidos para realizar atividades e descobrirem suas potencialidades dentro dela. Para Almeida (2015) a articulação teórico-prática dos sujeitos comunitários fortalece os vínculos comunitários e favorece o sentimento de comunidade, permitindo que os moradores construam uma visão positiva e coletiva da comunidade.

O fortalecimento da identidade, enquanto ser comunitário e plural, favorece a expressão do coletivo, a partir de um processo de tomada de consciência, que facilita o reconhecimento, enquanto comunidade, não apenas no sentido de identificar demandas, fragilidades e sofrimentos, mas de identificar as fortalezas deste território (GONZÁLEZ; LUNA, 2014). Além disso, as ações de Psicologia Comunitária favoreceu a integração das pessoas e o desenvolvimento das potencialidades do lugar.

O psicólogo pode ocupar mais espaço dentro das comunidades, podendo alcançar objetivos coletivos na e com a comunidade. É a construção de uma identidade social que gera relações de confiança, ajuda mútua, implicando valores e emoções que, por sua vez, favorecem o sentimento de inclusão na comunidade, pertencimento e solidariedade (CANIELLO, 2016).

Um reflexo significativo do psicólogo comunitário dentro de uma comunidade é o seu papel de conscientização daquelas pessoas. Como citado por Freire (1970), a conscientização é um compromisso histórico do homem, exige abrir-se para realidade e fazer com que os homens possam assumir papel de sujeitos e transformar a realidade. É a partir dessa conscientização que o indivíduo pode, cada vez mais, produzir impactos positivos na comunidade e o psicólogo tem esse papel, de provocar reflexões e despertar essa consciência da força dentro de cada indivíduo que faz parte daquela comunidade. Por fim, reconhecemos na prática, o objetivo da Psicologia Comunitária que deve se voltar para o aprofundamento de consciência e a potencialização da identidade do sujeito e da comunidade (XIMENES, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em meio a muitos desafios, identificamos as potências que a Psicologia pode ter nesse campo Social-Comunitário. Podemos perceber a importância dessa atuação e sua dimensão na vida dos sujeitos, da comunidade e da própria Psicologia Comunitária que se faz comprometida com a realidade da América Latina.

Merece destaque os reflexos produzidos pela atuação do psicólogo comunitário, dentre os quais está na comunidade com seu papel ativo na transformação social. Portanto, apesar das inúmeras dificuldades, lacunas e desafios, temos a missão de esperar e tecer caminhos também de encanto, que precisam ser feitos a vários passos, com várias mãos e contemplando diferentes corpos e paisagens.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Adriano Valério dos Santos.; PARDO, Maria Benedita Lima. Formação e atuação em psicologia social comunitária. **Psicol. pesq.**, Juiz de Fora , v. 8, n. 2, p. 200-210, dez. 2014 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-12472014000200009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 14 mar. 2022. <http://dx.doi.org/10.5327/Z1982-1247201400020009>.
- ARAGÃO PINHEIRO, F. P. H.; BARROS, J. P. P.; COLAÇO, V. DE F. R. **Psicologia Comunitária e Técnicas para o Trabalho com Grupos: Contribuições a Partir da Teoria Histórico-Cultural**. Psico, v. 43, n. 2, 16 jul. 2012. Disponível em: (<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/download/11696/8042/0>). Acesso em: 25 de novembro de 2021.
- BARROS, J. P. P.; PINHEIRO, F. P. H. A. **Brincadeira e Educação: considerações a partir da perspectiva Histórico-Cultural**. Revista de Psicologia, vol. 3 n. 1, p. 68-79. Jan./jun. 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/17569/1/2012_art_jppbarrosfphapinheiro.pdf> Acesso em 30 nov. de 2021
- BENATUIL, D. El bienestar psicológico en adolescentes desde una perspectiva cualitativa. **Psicodebate: Psicología, cultura y sociedad**, 3, 43-58, 2003.
- CAMPOS, R. H. F. C. (Orgs.). **PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA: da solidariedade à autonomia**. 13 ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2007.
- CANIELLO, M. Identidade e qualidade de vida nos territórios da cidadania. **Sociologias**, 18(43), 300-334, 2016. Recuperado de <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=86847621018>
- CHAVES, A. M. Memória: 30 anos de regulamentação. **Psicol. cienc. prof.** 12 (2) • 1992 • <https://doi.org/10.1590/S1414-98931992000200002> Acesso em 15 de fev. 2022.
- COSTILLA, L. F. O. **Pensando o Estado: sociedade política e sociedade civil hoje, no Brasil e no México**. In A. N. Carleial (Org.), Projetos nacionais e conflitos na América Latina. Fortaleza: Edições UFC/Edições UECE; México: UNAM, 2006.
- CÓRDULA, E. B. de L.; NASCIMENTO, G. C. C. **O professor-pesquisador na Educação Básica: da teoria à prática, na produção do conhecimento**. educação pública. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/18/21/o-professor-pesquisador-na-educacao-bsica-da-teoria-pratica-na-producao-do-conhecimento>>. Acesso em: 14 mar. 2022.
- DANTAS, V. L.; LINHARES, A. M. B. **Círculos de cultura: problematização da realidade e protagonismo popular**. Curso de aperfeiçoamento em educação popular em saúde. 2014.
- FIGUEIRÊDO, Fabíola Figueirêdo da Silva. **Psicologia no contexto da ditadura civil-militar e ressonâncias na contemporaneidade**. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/JMpjMQGgz8rq7tmqShFCLGc/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: (25 de novembro de 2021).

GONÇALVES, Mariana Alves.; PORTUGAL, Francisco Teixeira. **Análise histórica da psicologia social comunitária no Brasil**. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/qx3RY8zTvxCGDGwVwNCcznw/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 25 de novembro de 2021.

GONZÁLEZ, Katherine Isabel Herazo.; LUNA, Brenda Mireya Moreno. **Sentido de Comunidad en un pueblo originario: santa martha acatitla** (entre los carrizos). Coyocán: Editora Buena Onda, 2014. p. 180.

NEPOMUCENO, Bárbara Barbosa *et al.* Bem Estar Pessoal e Sentimento de Comunidade: um estudo psicossocial da pobreza1. **Psicol. pesq.**, Juiz de Fora, v. 11, n. 1, p. 1-2, jun. 2017. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198212472017000100009&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 30 nov. 2021.

MOURA JR, James Ferreira *et al.* Validação do Índice Breve de Sentido de Comunidade para contextos rurais em situação de pobreza no Brasil. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 25, n. 1, p. 91-101, mar. 2020. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2020000100009&lng=pt&nrm=iso>.

PINHEIRO, Francisco Pablo Huascar Aragão.; BARROS, João Paulo Pereira. COLAÇO, Veriana de Fátima Rodrigues. **Psicologia Comunitária e Técnicas para Trabalho com Grupos: contribuições a partir da Teoria Histórico-Cultural**. Revistas Eletrônicas, PUCRS. 2012. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/download/11696/8042/0>, Acesso em 30 nov. de 2021

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1974. FREIRE, Paulo.

ROCHA, Marjorie Cristina Rocha da Silva. GIGICH, Ariane Ragazzi Gigich. **Atuação do psicólogo social comunitário: O romper de um ciclo**. Revista de psicologia, 2011. Disponível em: (<https://seer.pgsskroton.com/renc/article/download/2505/2399>). Acesso em: (20 de novembro de 2021).

SILVA, Marjorie Cristina Rocha. GIGICH, Ariane Ragazzi. **Atuação do Psicólogo Social Comunitário, O romper de um ciclo**. Encontro, Revista de Psicologia. Vol. 14, Nº. 20. 2011. Disponível em: <https://seer.pgsskroton.com/renc/article/download/2505/2399>. Acesso em 30 nov. de 2021

VALVERDE, Dayana Lima. Dantas. **O psicólogo na comunidade: uma perspectiva contemporânea**.

XIMENES, Verônica Moraes *et al.* Community Health and Community Psychology:: their contributions to participatory methodologies. **Psicologia em Pesquisa**, v. 11, n. 2, p. 4-13, 2017.



CAPÍTULO 5

RELATO DE EXPERIÊNCIA: APROXIMAÇÕES E PARTILHAS SOBRE O SER E SE FAZER LIDERANÇA COMUNITÁRIA

Daiana Marques Mouta
Felipe Plácido dos Santos
Lysiere Firmo Albuquerque Marques
Alexsandra Maria Sousa Silva
Cellyneude de Souza Fernandes

DOI: 10.46898/rfb.9786558892809.5

INTRODUÇÃO

Este trabalho traz reflexões sobre a atuação das ações na comunidade da Nova Caiçara em Sobral-CE, onde o papel do psicólogo comunitário é pensado e articulada à atuação dos líderes comunitários. Utiliza-se da literatura disposta na psicologia comunitária, para pontuar pensamentos críticos em que os autores apresentam ideias para a atuação nessas comunidades.

A comunidade Nova Caiçara se dispõe de diversas ações sociais movimentadas pela própria comunidade em conjunto com rede de apoio. A rede de apoio pode ser entendida como os postos de saúde e os serviços sociais prestados à comunidade. O objetivo do Serviço Social é a identificação dos aspectos econômicos, políticos, culturais e sociais que atravessam o processo saúde-doença para assim mobilizar recursos para o seu enfrentamento, articulado a uma prática educativa (MATOS, 2020, p. 3). Os movimentos da própria comunidade criaram esse vínculo com os serviços sociais, desde comemorações até doações para famílias na comunidade.

No contexto da pandemia a seguinte reflexão de como essas ações foram afetadas e quais os movimentos que a comunidade realizou para amenizar os impactos da pandemia. A proposta deste trabalho se dá no sentido de pensar sobre como o psicólogo comunitário pode contribuir com intervenções, junto aos líderes em prol do desenvolvimento comunitário. Diante do apresentado, o objetivo deste estudo é discorrer sobre nossa aproximação, enquanto estudantes em formação, junto a uma liderança e suas vivências comunitárias, no interior do Ceará.

MÉTODO

Este estudo é de caráter qualitativo que, segundo Minayo (2001), parte do universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Foi utilizado o relato de experiência, que é uma forma de narrativa, de modo que o autor quando narra através da escrita está expressando um acontecimento vivido. Nesse sentido, o tratamos como um conhecimento que se transmite com aporte científico. Por isso, o texto deve ser produzido na primeira pessoa de forma subjetiva e detalhada (GROLLMUS; TARRÉS, 2015). Esse conhecimento foi construído a partir de duas rodas de conversa realizadas pela plataforma *Google Meet*, durante o mês de outubro de 2021. Os encontros foram realizados por estudantes da graduação e uma liderança comunitária, de maneira remota, devido a pandemia de

Covid-19 que provocou o isolamento social. Essa atividade foi proposta como atividade da disciplina de psicologia comunitária do curso de Psicologia da Faculdade Luciano Feijão (FLF), com o intuito de alinhar teoria e prática bem como proporcionar aos acadêmicos a oportunidade de se aproximar da experiência de quem vive e atua com ações comunitárias.

A relação com a teoria e prática foi sendo tecida, tendo como base as experiências da líder comunitária que atua em uma comunidade periférica, no interior do Ceará. O enfoque se deu na experiência profissional e pessoal de uma pessoa que representa a liderança em uma comunidade. A compreensão de que a comunidade tem demandas próprias e seus vínculos são necessários para estabelecer suporte. Dessa forma foi realizado um levantamento das potências das ações e as formas que a psicologia pode contribuir para a comunidade como um todo. As informações foram analisadas via análise de narrativa (BASTOS; ANDRADE, 2015), para uma forma mais objetiva e clara sobre os assuntos apresentados no relato.

Em síntese, essa comunidade é marcada pela ação de seus moradores. Foi apresentada a história que esses moradores reuniram para levar suas demandas para os representantes públicos, buscando melhorias para sua comunidade. O movimento desenvolvido pelos moradores da comunidade refletiu em diversas mudanças que beneficiam atualmente os mais de 15.000 moradores do Nova Caiçara.

O Residencial Nova Caiçara de Sobral - CE foi inaugurado em 2014, como parte do Programa Minha Casa, Minha Vida. Beneficiando inicialmente 408 famílias. A oportunidade da casa própria e um ambiente seguro para que possam viver foi uma ação que visava contribuir com as pessoas das comunidades. Mas a mudança trouxe desamparo social e a falta de articulação com a rede de apoio. As necessidades desses habitantes não foram ouvidas ou compreendidas por aqueles que trouxeram essas mudanças para suas vidas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As ações sociais proporcionam mudanças para a comunidade e trazem os moradores como atuante de suas mudanças. Importante considerar as condições teóricas e metodológicas que sustentam as práticas realizadas, assim como as formas de relações estabelecidas com as políticas públicas e que podem contribuir para o fortalecimento desses trabalhos (FREITAS, 2014). A organização da comunidade Nova Caiçara se deu a partir de movimento dos moradores, percebendo a necessidade de atuação para melhoria daquela comunidade. Não havia amparo político ou social para que fosse possível uma habitação mínima.

A representante da comunidade responsável pela condução da roda de conversa é uma mulher, com 40 anos de vida e 17 anos de atuação na área da assistência social. A mesma possui formação em pedagogia e especialização em gestão de pessoas, iniciando as atividades no ano de 2002 como educadora social, em 2014 teve início como técnica de referência, em 2017 assumindo a coordenação do Centro de Referência em Assistência Sociais Regina justa. Em paralelo aos anos de 2009/2010 e 2011 esteve contribuindo na área da educação. Como também possui experiências nos cursos das áreas da assistência social e gestão. Dessa forma o conhecimento do histórico da representante e movimentação na comunidade Caiçara foi uma das primeiras organizações. Suas intervenções sociais desenvolvidas junto aos moradores aconteceram de forma gradual.

Durante o diálogo proposto foi apresentado as ações do coletivo Frida, esse foi um dos primeiros movimentos desenvolvidos pela comunidade. O Coletivo Frida era formado por mulheres chefe de famílias desempregadas, que moravam na mesma casa dividindo atividades domésticas e responsabilidades outras.

Inicialmente era oferecido o amparo, depois buscava-se a autonomia para as mulheres e mães solo da comunidade. O grupo visava informar sobre os direitos básicos aos quais aquela comunidade poderia usufruir e ao mesmo tempo mediar o contato com profissionais qualificados para auxiliar a execução de ações burocráticas dessas mulheres desassistidas. As atividades desenvolvidas pelo movimento Frida (moradoras) veio a partir de uma demanda percebida por aqueles que possuíam conhecimento técnico, identificando moradoras que tinham potência de intervenção. As mulheres necessitavam de uma ação de suporte e o Coletivo Frida trouxe ferramentas e oportunidade para as mulheres desamparadas construírem uma rede de apoio que as beneficiariam.

As ações desse grupo refletiam na comunidade, fortalecendo movimentos que estavam iniciando bem como trazendo benefícios e oportunidades empreendedoras para os moradores, a exemplo de pequenos mercados que contribuía para circulação do dinheiro daquele lugar. No entanto, a comunidade ainda está se estruturando em seus movimentos e necessitava de suporte da rede de apoio, pois a comunidade ainda está em processo de construção de sua autonomia, logo não sustentaria o desenvolvimento das estratégias. O Coletivo Frida deu a oportunidade de criar vínculo com a rede de apoio, assim serviços sociais se tornaram possíveis, trazendo conhecimento técnico e articulação com os equipamentos e amparando outros que poderiam vir.

O funcionamento das ações na comunicação demandava da relação dos moradores para contribuir nos projetos. A necessidade de suporte em ações voluntárias é complexa, pois não há um retorno financeiro imediato e o tempo gasto nas ações é muito alto. O processo de contribuição comunitária não estava bem difundido, ainda encontrava entraves. Já as ações desenvolvidas pelo projeto impactavam uma parcela dos moradores, pois o Residencial Caiçara é extenso e demandaria a participação de mais voluntários para somar às ações que estavam sendo realizadas.

A vinculação com outros setores para abarcar o território foi fundamental para que mostrasse a influência do movimento. O desenvolvimento de bazares para produção de renda própria, sopões comunitários para aqueles que não tinham acesso à comida ou estavam em situação de fragilidade e cuidados com a higiene pessoal, corte de cabelo e entrega de cestas básicas, em que a união e pensamento em conjunto tiveram reflexo na vida dos moradores, dando empoderamento tanto sobre o conhecimento dos direitos e deveres.

O movimento dentro da comunidade tem potência para movimentar a organização do grupo, pois movimenta o senso de pertencimento e de desenvolvimento tanto pessoal quanto comunitário. Enquanto os profissionais da psicologia podem e devem atuar juntos. Viecheneski(2014) destaca as características que devem fazer parte do perfil de um psicólogo comunitário, são elas: sensibilidade geral e sentido de justiça; aceitação da diversidade do outro; estar sempre aberto para a aprendizagem, sem desprezar o conhecimento proveniente de lugares, pessoas e situações que estão fora dos chamados “centros de saber”; colocando o seu conhecimento a serviço das transformações que forem necessárias e almejadas pelos indivíduos com os quais se vai trabalhar.

A ação Caiçara Mais Infância e o Coletivo Periferia Viva que se iniciaram em 2019 e estão em atuação, onde ambos têm ações no território em ações pedagógicas, contribuindo com encaminhamentos, desenvolvendo projetos contra a violência e incentivo a comunicação não violenta. O Mais Infância com foco na primeira infância e o suporte primário que a família necessita enquanto o Periferia Viva traz o suporte para os adolescentes e demais que necessitam de amparo.

A territorialização dos moradores da comunidade Nova Caiçara foi desenvolvida por movimento interno, uma vez que o poder público não chega a comunidade. Sem suporte para essa adaptação, os moradores desenvolveram a consciência de iniciar a mudança para que fosse possível o desenvolvimento das ações para aquela comunidade que surgia.

As influências e a forma que os movimentos desenvolvidos dentro da própria comunidade são bem consolidados, porém ainda há desafios que afetam não só essa comunidade, mas como o Brasil todo. O desemprego e a gravidez na adolescência foram os pontos que chamaram atenção durante a entrevista.

O espaço para o debate da educação sexual na escola e conscientização das crianças e adolescentes deve ser pautado, seguindo a abordagem de autonomia vista dentro da própria comunidade também sendo uma oportunidade para ocupar o espaço escolar. As abordagens pedagógicas têm ganhado espaço. Essa modalidade considera o adolescente protagonista, possuidor de autonomia para tomada de decisões e de direito de acesso aos serviços de saúde e informação (MORAES; VITALE, 2015). A conexão escola, comunidade e rede de apoio é fundamental para que possa amenizar os desafios da realidade na comunidade.

O desemprego assolando o país afeta de forma significativa os moradores das áreas periféricas, sendo notável a segregação dessas pessoas. A falta de formação escolar se mostra um dos fatores que afasta essas pessoas do mercado de trabalho. O desamparo ao cuidado da família causa diversos outros desdobramentos em relação à atuação dos equipamentos que a rede pública disponibiliza.

Foi possível identificar que os movimentos já desenvolvidos e que estavam em atuação amenizavam significativamente os dilemas da comunidade, mas só a ação interna não bastaria para resolver o que o território retorna, compreendendo o território como organismo vivo e múltiplo em atuação. A ideia de territorialidade, por sua vez, conforme é compreendida por Little (2004) e amplamente empregada na produção bibliográfica recente, como em Marinho (2017), Santiago (2018), Sousa e Santos (2019), por exemplo, define o processo de luta da comunidade tradicional em questão, mostrando como a ação política de mobilização e organização é a base da construção do território ou desterritorialização, no caso de um grupo esbulhado da terra. Os movimentos se entrelaçando, a rede de apoio pode então ser mais efetiva para o que se entende nos problemas sociais e garantir um bem-estar para aqueles moradores.

A organização da comunidade se tornou tão efetiva que os resultados podem ser notados por envolvimento dos moradores na construção de sua história, mesmo com as dificuldades encontradas no contexto da pandemia houve forças e iniciativa para um sustento para as famílias. O movimento de produção para além da renda é uma forma de construir história e relação com aquele ambiente, onde a comunidade já está relacionada e que os laços foram concretizados. As ações podendo ser efetivadas para aqueles que precisam de amparo tanto social quanto comunitário.

A relação na comunidade é um processo importante de se avaliar antes de se construir ações nela, na graduação há diversos fatores a serem analisados para que se possa construir e intervir em uma comunidade ou individualmente. Mais do que isso é basal que esses acadêmicos sejam sempre lembrados de que os fundamentos e parâmetros que orientam a Psicologia primam pela defesa dos segmentos vulneráveis e pela contraposição a toda e qualquer forma de violência e exclusão social (CORDEIRO; CURADO, 2017). Entendendo a demanda e construindo vínculo com a comunidade se torna possível a intervenção necessária, tornando o trabalho em conjunto mais evidente de sua função e objetivo para com aqueles que serão beneficiados com a iniciativa.

As reflexões sobre como a psicologia poderia beneficiar as ações já estabelecidas se iniciaram a partir da temática do luto, vivenciado pelos moradores, onde a violência estabelecida afeta não só aquele que estão envolvidos com a criminalidade mas a família desses indivíduos, que não possuem um espaço de elaboração do luto e o contexto da pandemia potencializou. O aspecto mais penoso em relação ao tema da morte, mas é importante ressaltar que a ressignificação das lembranças e um espaço para que o luto seja discutido são considerados importantes para o enfrentamento sadio deste processo (FRONZA *et al.*, 2015). O luto das mortes, muitas vezes violentas, não são vivenciadas pela família e muitas vezes tratadas com desrespeito em matérias nos blogs de notícias.

A compreensão da necessidade da escuta e o cuidado com o enlutado afetou os estudantes que analisavam a realidade que a representante apresentava, em sua fala é possível observar o quanto era afetada por esse contexto. Ações com essas mães e pessoas enlutadas são realizadas de forma muito superficial, no sentido de que não há um conhecimento técnico em torno da escuta, sendo as rodas de conversa para um alívio inicial sobre a situação que aquelas pessoas vivenciaram.

A atuação da psicologia nesse campo pode ser transformadora tanto para a comunidade quanto para os estudantes ou profissionais da psicologia que se propõem a atuar nesse campo, pois sua diversidade e pluralidade se mostra fértil e capaz de receber propostas e enfrentar desafios que ainda estão a vir.

O desenvolvimento de uma psicologia com bases no materialismo histórico-dialético e voltadas para o trabalho comunitário, numa atuação conjunta aos movimentos sociais e organizações de classe combativos, apontando como preocupação o papel do psicólogo em ações voltadas para a transformação da realidade social (LACERDA JR., 2010; LANE, 2012). Cumprindo com o papel da psicologia, que

para além de classificar e registrar transtornos mentais, é transformadora e potente para a comunidade que se estrutura na própria organização social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluímos através da experiência relatada pela representante da comunidade que o acesso à saúde, emprego, alimentação, estão diretamente associados à qualidade de vida dentro de uma comunidade, esses fatores dão origem aos desafios de construir novas possibilidades de atenção.

Para responder às necessidades sociais e de saúde da população é importante reconhecer todos os esforços e avanços que foram feitos, o quanto a vida de muitas pessoas mudaram graças a ações iniciadas pelos representantes das comunidades, na maioria das vezes sem nenhum auxílio político, eles enfrentam as dificuldades e conseguem alcançar os objetivos através do próprio esforço, mas nem sempre é fácil e tampouco rápido, não devemos cair no discurso simplista de que basta se esforçar para conseguir melhorar de vida, é preciso se debruçar sobre o tema que está sendo abordado e principalmente se dispor a conhecer de perto a realidade dessas famílias, onde a psicologia reconhecendo a necessidade de desenvolver vínculos com a rede de apoio e demais órgãos para se efetuar ações complexas e transformadoras na realidade da comunidade.

A teoria apresentada em sala de aula deu suporte para um olhar social e político voltado para as comunidades, sendo possível uma identificação mais objetiva e completa sobre o espaço físico que é cheio de necessidades quanto para as pessoas que estão dentro, as famílias, pois se trata de um lugar atravessado de preconceitos, segregações, pobreza, múltiplas necessidades.

O conhecimento da atuação da representante se deu a parti do relato e o reflexo de suas ações na comunidade, reconhecendo seu trabalho e organização do grupo para o grupo. A facilitação de roda de conversa deu a oportunidade de alinhamento de teoria e prática, os conhecimentos da psicologia comunitária através das práticas da representante da comunidade.

Compreendemos que se faz necessário criar projetos e políticas públicas que atendam as demandas desses lugares, criar pontes que levem os demais locais a conhecerem essa comunidade por completo, é um espaço que pode e deve ser trabalhado estratégias para a promoção de saúde, isso inclui saúde mental, um ou mais psicólogos comunitários para atender as demandas e dar apoio as famílias, visando fortalecer os vínculos sociais e consequentemente promover ações que possam be-

neficiar a todos que estão inseridos na comunidade. A atuação da psicologia nesse contexto pode transformar vidas, trazendo uma nova perspectiva e possibilidades de atuação.

Foi possível identificar o impacto que a violência tem, tanto diretamente aos indivíduos envolvidos, quanto na família que sofre pelo luto que não pôde ser elaborado. As possibilidades de amenizar o sofrimento desses familiares com amparo da psicologia é o desenvolvimento de rodas de conversa, e espaço para uma construção de saberes entre os enlutados.

O período da pandemia fragilizou a rede de apoio e os processos de atuação, fazendo se pensar uma nova forma de atuar, buscar vínculos com instituições beneficentes e fazer ecoar um ato social, para além do bem que se possa fazer aos moradores periféricos, mas fazer-se cidadão, parte da cidade e contribuir com aqueles que necessitam de amparo.

Ações em relação a segurança é necessário. Pois reforçar a segurança policial nessas áreas pode amenizar os conflitos territoriais e conflitos de facções. Muitas pessoas vivem com medo de suas famílias serem atingidas pela criminalidade, é comum que jovens entrem para o mundo do crime a partir do momento que eles têm acesso a esse contexto dentro da comunidade, na maioria das vezes, por conta da pobreza extrema, uso de drogas etc., essa é a única forma que eles conseguem enxergar de receber dinheiro e drogas.

É dito que muitas mães perderam seus filhos para o crime e isso afeta diretamente todas as mães, então investir em segurança nessas comunidades é tão necessário quanto garantir saúde, pois está diretamente relacionado a qualidade de vida, e não apenas de quem está na comunidade mas de toda a cidade, Dessa forma podemos concluir como a segregação dessa comunidade em relação a outros bairros está relacionada a diversos fatores, tais como a criminalidade e pela má fama construída em torno da comunidade, considerando os moradores perigosos e um ambiente sem ordem.

O presente trabalho tocou temáticas que se mostram interessantes a serem pesquisadas como a produção de pesquisas sobre a estigmatização e as consequências para a comunidade. Como também vale ressaltar sobre o luto não elaborado ou reconhecido das mães com os filhos envolvido no crime.

REFERÊNCIAS

CORDEIRO, Mariana Prioli; CURADO, Jacy Corrêa. **Psicologia na Assistência Social: um campo em formação**. Psicol. Soc., Belo Horizonte, v. 29, e169210, 2017. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29169210>. Acessos em 02 jun. 2018. Epub 07-Maio-2018..

FREITAS, Maria de Fátima Quintal de. (2014). **Psicologia Social Comunitária como politização da vida cotidiana: desafios à prática em comunidade**. In C. Stella, (Org.), *Psicologia Comunitária: Contribuições teóricas, encontros e experiências* (pp. 65-85). Rio de Janeiro: Vozes.

FRONZA, Leita Portella *et al.* **O tema da morte na escola: possibilidades de reflexão**. *Barbarói, Santa Cruz do Sul*, n. 43, jan./jun. 2015.

GROLLMUS, Nicolás Schöngut.; TARRÈS, Joan Pujol. **Relatos metodológicos: difractando experiências narrativas de investigación**. *Fórum Qualitative Social Research*, v. 16, n. 2, mayo 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/Particular/Downloads/2207-9561-1-PB%20(1).pdf>. Acesso em: 28 fev. 2017.

Lacerda Jr., Fernando. **Notas Sobre o Desenvolvimento da Psicologia Social Comunitária**. In: Lacerda Jr., Fernando. & Guzzo, Raquel de Souza Lobo. (orgs), *Psicologia & sociedade: interfaces no debate sobre a questão social* (p. 19-41). Campinas: Alínea Editora. 2010.

VIECHENESKI, Juliana Cristina. **O papel do psicólogo comunitário na perspectiva dos membros de uma comunidade e de profissionais da assistência social**. 2014, 44f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2014.

LITTLE, P. E. **Territórios e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. In : *Anuário antropológico 2002-2003*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004, p. 251-290.

MATOS, Maurílio Castro de. **A pandemia do coronavírus (Covid-19) e o trabalho de assistentes sociais na saúde**. Rio de Janeiro: Cress, 6 abr. 2020a. Disponível em: <http://www.cress-es.org.br/wp-content/uploads/2020/04/Artigo-A-pandemia-do-coronav%C3%ADrus-COVID-19-e-o-trabalho-de-assistentes-sociais-na-sa%C3%BAde-2.pdf>. Acesso em: 17 set.2020. <http://www.cress-es.org.br/wp-content/up...>

MARINHO, Thais Alves. **Territorialidade e cultura entre os Kalunga: para além do culturalismo**. *Caderno CRH, Salvador*, v. 30, n. 80, p. 353- 370, 2017.

MORAES, Silvia Piedade de; VITALLE, Maria Sylvia de Souza. **Direitos sexuais e reprodutivos na adolescência: interações ONU-Brasil**. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 8, p. 2523-2531, 2015.

SANTIGO, Cristina de Marco. **Territorialidade de sítiantes tradicionais no estado de São Paulo**. *Mercator, Fortaleza*, v. 17, p. 1- 20, 2018.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

SOUSA, Maria Sueli Rodrigues de; SANTOS, Joaquim José Ferreira. dos. **Territorialidade quilombola e trabalho: relação não dicotômica cultura e natureza**. *Revista Katálisis*, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 201- 209, 2019.



CAPÍTULO 6

REFLEXOS E REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DA LIDERANÇA PARA O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Ana Oziele Rodrigues da Silva
Beatriz Vieira Sabino de Farias
Tiago de Oliveira Vasconcelos
Felipe Plácido dos Santos
Wesley Gomes de Sousa Marinho
Ticiane Magalhães Bonfim de Brito
Alexsandra Maria Sousa Silva

DOI: 10.46898/rfb.9786558892809.6

INTRODUÇÃO

A Psicologia Comunitária representa um campo de atuação com perspectivas direcionadas para o desenvolvimento de intervenções sociais, considerando a noção de grupo e as reflexões críticas referentes aos aspectos políticos e éticos da sociedade (CAMPOS, 2007). Além disso, busca desenvolver instrumentos de análise e intervenção relevantes para as questões sociais, com foco nas lutas políticas e empoderamento dos sujeitos que constituem a comunidade. Segundo Gois (1994), a Psicologia Comunitária se dedica a estudar o modo de vida, compreender as necessidades das comunidades, como se reflete e se transforma na mente de seus moradores. Com isso é importante o engajamento do psicólogo comunitário no dia a dia da comunidade, para trabalhar a partir das condições apresentadas na construção da sua identidade e de uma nova realidade socioambiental para o lugar.

Quando se fala em comunidade, temos um conceito bem abrangente, que pode ser compreendido no sentido geográfico, como sinônimo de um bairro, por exemplo, ou dentro de uma empresa formada por colegas de trabalho que não residem no mesmo bairro ou cidade, mas frequentam um mesmo ambiente. Podemos dizer que a comunidade é um local em que as pessoas partilham um modo de vida próprio. Trata-se de um locus de apropriação de conhecimentos, de construção de identidades, crenças e cultura. Segundo Gois (1989), a comunidade representa um espaço geográfico e, na sua multidimensionalidade, existem aspectos sociais, econômicos e culturais repletos de significações que emergem nas relações humanas. Por conseguinte, um lugar de relações direta face a face com seus moradores, onde o indivíduo se confirma como membro de uma determinada cultura e de uma determinada identidade social, como também estão presentes contradições, conflitos, resistência, solidariedade e esperança (GOIS, 1994). Diante disso, o surgimento da Psicologia Comunitária permitiu o desenvolvimento de práticas sociais nas comunidades enfatizando a saúde coletiva, a noção de grupo, a delimitação das intervenções e a importância do diálogo e da atuação do psicólogo na condição de facilitador das práticas sociais (FREITAS, 1998; GOIS, 1994; USSHER, 2006).

Além da atuação do psicólogo como mediador de intervenções nas comunidades, o líder comunitário tem uma forte influência no processo de desenvolvimento da comunidade. É ele que passa a conhecer, de perto, cada particularidade daquele local, os problemas, dificuldades, desafios e potencialidades. A liderança também pode exercer a função de cobrar providências perante a ausência do poder público, pois é a ele a quem os moradores se reportam e confiam.

Diante disso compartilharemos, neste texto, a vivência partilhada junto à uma comunidade. É relevante afirmar que essa escrita é base para sistematização das ideias e contributiva para nosso desenvolvimento intelectual e pessoal. Este trabalho nos possibilitou, enquanto estudantes, ter uma percepção e uma compreensão mais ampla sobre conceitos e técnicas apresentadas em sala de aula.

Destarte, o objetivo a que nos propomos é apresentar a prática dos líderes comunitários que atuam em uma comunidade, localizada em uma região serrana, no interior do Ceará. O local mostrou potências e práticas diversas, produzindo melhoras significativas na comunidade, reverberando assim em nosso interesse em relatar a história e as práticas.

MÉTODO

Este escrito foi tecido a partir do relato de experiência de um grupo de alunos que cursam a disciplina de Psicologia Comunitária. O relato de experiência situa o saber resultante de um processo; melhor dizendo, pode-se considerá-lo em um entrecruzamento de processos, dos coletivizados aos mais singulares (DALTRO, 2019).

Tivemos como cenário de experiências uma associação, que fica localizado em uma região serrana, no norte do Ceará. Ao total foram três encontros, apresentando histórias, dinâmicas e intervenções. A roda de conversa foi o principal instrumento para a troca de informações e atuação dos participantes. As dinâmicas realizadas possibilitaram vivências que facilitavam a compreensão de teorias e as rodas de conversa estimularam a troca de conhecimento entre os envolvidos.

Nessa experiência foi possível aproximarmo-nos dos líderes comunitários, de jovens atuantes na comunidade e também conhecer a fundadora do Portal Vida. O vivido foi registrado através de anotações e da nossa memória afetiva diante de tudo que nos foi incorporado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A associação vem trabalhando desde 2013, gerando o desenvolvimento da comunidade trabalhando Cultura, Ambiente, arte Identidade, educação Biocêntrica, Círculos de Culturas, Biodança, entre outros. O contato inicial se deu a partir de uma roda de conversa presencial com a fundadora da associação e o líder comunitário da comunidade, que foram selecionados por sua proatividade nas ações sociais e relevância dos projetos. Durante esse diálogo era aberto o discurso para que todos pudessem tirar suas dúvidas durante o processo da conversa e construir uma me-

lhora compreensão. Dessa maneira, a atual responsável pelo lugar, foi objetiva com o que gostaríamos de saber diante das temáticas apresentadas, além de proporcionar uma relação onde todos tinham fala, a mesma demonstrou bastante interesse e cuidado ao receber os alunos e repassar um pouco das suas histórias como atuantes nesse espaço. Assim foi possível a troca de conhecimento e o despertar de outros interesses de novas pesquisas futuras.

Vale citar que, durante o diálogo um dos primeiros assuntos tratados foi o festival que acontece na comunidade. Esse festival é uma ferramenta de desenvolvimento comunitário, dele renasceram as dramistas, nasceu o boi mirim, que são as crianças que se caracterizam como um boi. Houve o primeiro curso de culinária, onde o conhecimento da comunidade era reconhecido e valorizado por todos, trazendo temáticas para avaliação dos melhores tipos de receitas: a melhor mão de vaca, o melhor bolo, o melhor doce. Assim a troca de conhecimento se dava de maneira horizontal, em que um indivíduo aprendia e ensinava ao mesmo tempo.

A Psicologia Comunitária se caracteriza por trabalhar com sujeitos, grupos e comunidades em condições ambientais específicas, considerando suas demandas psicossociais. Nesta perspectiva está todo o esforço para a mobilização das comunidades na busca de melhores condições de vida (FRANCO, 1988). Desse modo a Psicologia Comunitária se dedica a contribuir com uma melhoria na qualidade de vida das pessoas e no desenvolvimento comunitário.

Nesta perspectiva, a relação entre o saber da comunidade e a cultura é muito importante para tessitura de relações saudáveis, é no encontro com o outro que o sujeito se constrói como ser histórico, social, simbólico e cultural. Essa importância era evidenciada nas atividades, que acontecia de forma dialógica e participativa como, por exemplo, os festivais construídos coletivamente e que por assim ser, ia sendo carregados de sentidos e significados pelas pessoas que iam se integrando ao processo. O objetivo era fazer com que cada um se tornasse participante e ativo na história da comunidade.

Na experiência aqui relatada também vimos que foram divulgados cursos e formações para facilitadores, membros da comunidade e da associação. As tradições e a cultura eram valorizadas em cada gesto, em cada palavra pensada e planejada, o cuidado era uma maneira de tornar viva, a história da comunidade.

Esse modo de ser e viver é parte integrante da teoria que embasa a atuação na comunidade, pautada no princípio Biocêntrico. Nesta maneira de existir há uma atenção para ações que priorize a evolução de toda forma de vida, que busque es-

timular a expressão dos instintos e o desenvolvimento afetivos das protovivências e vivências integradoras (TORO, 2007). Significa a vida no centro, ou seja, há um respeito à Vida, em sua inteireza e complexidade, seja a vida vegetal, animal ou humana. Nesse sentido se pode incluir o compromisso com ações ecológicas e com a sustentabilidade planetária.

Com isso, vimos que as práticas e vivências desenvolvidas na comunidade são pensadas e elaboradas tendo como base o princípio biocêntrico, que traz inovações conceituais, metodológicas para o campo da educação.

É com base neste princípio que se constitui a Educação Biocêntrica. Esta, por sua vez, considera a importância da construção de vínculos afetivos para aprendizagem e desenvolvimento das pessoas e aponta para a necessidade de aprender a viver, a ser feliz e a vincular-se afetivamente (GUEDES, 2020).

Aprendemos também sobre Biodança que acredita em uma concepção de desenvolvimento humano que considera as várias dimensões: cognitiva, social, cultural, emocional, vivencial, espiritual, ético e afetivo. A Biodança, para Gois (2009), “é um sistema de desenvolvimento humano baseado na expressão e desenvolvimento da identidade, ponto de partida e base da percepção e das noções que construímos acerca de nós mesmos e do mundo” (p. 15). A partir disso, identificamos como a categoria identidade é importante para a Biodança e contribui para os estudos e vivências em Psicologia Comunitária.

Diante disso, é válido ressaltar que a visão é complexa a partir da Biodança. Esta proposta era “utilizada para facilitar o desenvolvimento da identidade pessoal, pois para além dos instrumentais reflexivos e intelectuais, envolve o corpo, a expressão estética, as emoções e o encontro humano nos processos de aprendizagem e crescimento” (PINHO, CASTRO, XIMENES, MOREIRA, BARRETO, 2009, p. 33). Com base nessa visão, concluímos que muito do vivido não passa só pelo cognitivo e intelectual, mas envolvem as emoções, o corpo, o sentir e toda complexidade que compõe a Vida.

Com a biodança, a atividade e o fortalecimento da identidade e a permacultura, foram desenvolvidos trabalhos e conceitos, pautados em uma visão de mundo planetário, com a arte refinando a identidade, para que as pessoas comesçassem a se ver e a ver o mundo com mais sensibilidade. Somente o ato da palestra não viabilizava o vínculo, era necessária participação das pessoas para fazer a pintura, a escultura, a customização de roupa etc.

As ações realizadas iam para além de mudanças estruturais ou físicas na comunidade, aconteciam no sentido de trazer a comunidade atuante e protagonista de suas mudanças. É importante considerar as bases teóricas e metodológicas que sustentam as práticas realizadas, assim como as formas de relações estabelecidas com as políticas públicas e que podem contribuir para o fortalecimento desses trabalhos (FREITAS, 2014). O desenvolvimento comunitário se deu a partir da associação, com estratégias e projetos feitos pelos líderes comunitários.

A experiência que é vivida pelos integrantes da comunidade contribuiu para o fortalecimento da identidade individual e coletiva. As práticas aconteciam através de vivências e compartilhamento de experiências, numa rede de fortalecimento de vínculos, buscando a revitalização de referências históricas culturais que, com o passar do tempo, tornaram-se esquecidos ou caíram em desuso pela modernização e intenso estímulo tecnológico.

Através de programas e ações coletivas buscaram exercer o compromisso com valorização da história e cultura da comunidade, incentivando o resgate de tradições e os valores éticos que são a base para uma formação plena de um ser ativo, crítico e participativo. Acreditamos que é necessário manter, valorizar a história, cultura, tradição e resgatar os valores éticos indispensáveis e fundamentais para uma plena formação social (MAGALHÃES, 2016).

Com cursos e programas voltados para a comunidade de uma forma geral aliam conhecimento e preservação ambiental, resgatando a importância da preservação, do reaproveitamento e da participação de cada indivíduo para conseguir chegar a um objetivo comum, onde cada um pode contribuir e deixar um legado para as gerações futuras.

Conhecemos também as atividades desenvolvidas com as crianças, onde eram priorizado o lúdico, a afetividade, o companheirismo e a valorização a vida. Além disso, eram trabalhados também exercícios e práticas sobre cidadania e respeito entre todas as espécies de seres vivos. O foco era voltado para o desenvolvimento de obras de arte e criação da comunidade, com poesias, artesanato e música, sempre como uma forma de interação e trabalho em grupo, na busca pelo fortalecimento dessa identidade coletiva.

Ao longo de nossa estadia na comunidade e analisando tudo que nos foi apresentado, ficou nítido o protagonismo da comunidade na construção da cultura cultural, nos traços estruturais do lugar, com as construções, as praças, os bancos, as cabanas e os canteiros.

O compromisso comunitário também se evidenciava na forma de agir, na preocupação com o meio ambiente e na forma de recepcionar os que chegam. Era perceptível o orgulho que cada morador tinha em fazer parte da comunidade, o sentimento de afeto ao lugar se mostrava nos gestos, falas e nos modos de se relacionar com o lugar e com os outros.

Além dos trabalhos ofertados à comunidade, o espaço abre para visitas e formações de pessoas vindas de outras cidades, estados e recebeu até mesmo pessoas de outros países, trazendo com isso uma maior valorização à comunidade, pois se tornam facilitadores dos conhecimentos que eles constroem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa experiência, bem como sua sistematização nesta escrita foi fundamental para que nós, estudantes, pudéssemos compreender a Psicologia Comunitária, na prática. Com isso foi possível aprender como funciona os mecanismos e a atuação de agentes comunitários que ficam inseridos dentro de uma comunidade, e como contribuem para a qualidade de vida da população.

Foi por meio dessa experiência que nos aproximamos dos sujeitos comunitários e conhecemos suas satisfações/frustrações, suas dúvidas e receios. Se a teoria nos proporciona conhecimento teórico, esta só faz sentido quando nos aproximamos da rotina e das ações para práticas e cuidados diferenciados que só na comunidade, podemos conhecer.

A oportunidade de vivência prática a partir da facilitação da professora foi relevante para a compreensão das temáticas apresentadas em aula. As visitas e conversas com a comunidade gerou muitos benefícios para as partes envolvidas, profissionais, estudantes e comunidade, pois a partir deste estudo ampliaram-se as possibilidades de atuação dos graduandos e uma possível parceria futura para práticas de estágio, pesquisa e extensão.

Desta forma, é preciso estimular o estudo de campo para que se tenha uma maior exploração do aprendizado fora dos muros da sala de aula, para que se tenha uma ampla aproximação de estudo ao ambiente comunitário e tenhamos uma psicologia comunitária mais rica.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, Regina Helena de Freitas. (2007). **A psicologia social comunitária**. In: Regina Helena de Freitas. Campos (Org.), *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia* (pp. 9-16). Petrópolis, RJ: Vozes.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto.** Porto Alegre: Artmed, 2010

DALTRO, Mônica Ramos; DE FARIA, Anna Amélia. **Relato de experiência: Uma narrativa científica na pós-modernidade.** Estudos e pesquisas em psicologia. v. 19, n. 1, p. 223-237, 2019.

FRANCO, V. C. (1988) **A Natureza das Técnicas de Intervenção em Comunidades. Psicologia e Sociedade.** São Paulo: ABRAPSO

FREITAS, Maria de Fátima Quintal. (1998). **Inserção na comunidade e análise de necessidades: reflexões sobre a prática do psicólogo.** Psicologia: Reflexão e Crítica, 11(1), 175-189

GÓIS, Cezar Wagner de Lima. (1994). **Noções de psicologia comunitária** (2a ed.). Fortaleza: Edições UFC.

GUEDES, Ricardo Ferreira. **“Princípio Biocêntrico: A contribuição do Pensamento de Rolando Toro para o campo da Educação.”** (2012).

SILVA, Natalino Neves. **A diversidade cultural como princípio educativo.** Paidéia: r. do cur. De peg. Da Fac. de Ci. Hum., Soc. E da Saú., Univ. Fumec, n.11, p. 13-29, jul/dez 2011.

TORO, Rolando. **Coletânea de Textos de Biodança.** Org. GÓIS, Cezar Wagner de Lima. (1. ed. Fortaleza: Escola Nordestina de Biodança, 1982), 2. ed. Fortaleza: Editora ALAB, 1991.

USSHER, Lic. Margarita. M. (2006). **El objeto de la psicologia comunitária desde el paradigma construtivista.** Psicologia para América Latina, (5), 22-32

PINHO, Ana Maria Melo de; CASTRO, Geísa Sombra de; XIMENES, Verônica Moraes; MOREIRA, Carolina Pinheiro; BARRETO, Gabriela Pimentel. **Psicologia Comunitária e Biodança: contribuições da categoria vivência.** Aletheia 30, p.27-38, jul./dez. 2009.



CAPÍTULO 7

RELATOS DE UMA PARCERIA ENTRE PESQUISA E ENSINO: CAMINHOS, PRÁTICAS E VIVÊNCIAS

Cellyneude de Souza Fernandes
Francisco Clauber Romão Filho
Ticiania Magalhães Bonfim de Brito
Francisco Eden Paiva Fernandes
Alexsandra Maria Sousa Silva

DOI: 10.46898/rfb.9786558892809.7

INTRODUÇÃO

As instituições de ensino formal contribuem com a sociedade de forma a socializar e democratizar o acesso ao conhecimento, promovendo o desenvolvimento e fortalecimento da moral e ética nos estudantes. Trata-se de um espaço onde a formação integral dos profissionais ocorre de forma consciente, crítica, proativa e com potencial de transformação da realidade vivenciada por si e pela sociedade.

O espaço de construção de conhecimento denominado ensino superior é um exemplo de uma instituição educacional que, traz em sua essência, a promoção do tripé constituído por ensino, pesquisa e extensão. No entanto, para que esse tripé, de fato aconteça é relevante estabelecer parcerias com instituições outras inseridas na sociedade. No contexto da experiência apresentada é possível compreender como esse tripé foi desenvolvido na prática, contribuindo assim para construção de novos conhecimentos entre e para as educadoras, estudantes e os parceiros, agricultores e ou instituições públicas e privadas.

A vida comunitária tem sua própria dinâmica e as mudanças desejadas nessa vida comunitária dependem também do apoio fornecido por instituições parceiras, com as quais se estabelecem alianças estratégicas. Logo, a concretização de parcerias institucionais é um grande desafio, em especial se existem interesses conflitantes entre comunidades e instituições (LISBOA, 2018).

As instituições parceiras nesse estudo foram a Faculdade Luciano Feijão e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Unidade Caprinos e Ovinos) via projetos de inovação social junto a agricultores familiares. Projetos de pesquisa e inovação desenvolvidos por instituições de pesquisa em parceria com instituições de ensino têm sua importância ao objetivar o aumento da sustentabilidade em territórios no semiárido através de ações em rede. Os objetivos desses projetos se referem ao aumento do número e fortalecimento de nichos de inovação social (FARIAS *et al.*, 2015) na mitigação de práticas insustentáveis no uso de recursos naturais no semiárido; ampliação da integração social de agricultores familiares em espaços de aprendizagem, de gestão de bens comuns e aumento de reciprocidade e trocas mercantis (FARIAS *et al.*, 2017) nos fluxos econômicos e ecológicos de agroecossistemas de base familiar; melhorias na segurança alimentar e nutricional e de qualidade de vida das pessoas.

Essa experiência consiste na construção de uma parceria entre uma faculdade de ensino superior privada e uma empresa de pesquisa agropecuária para o estabelecimento e fortalecimento de processos educativos junto a agricultores de base

familiar em situação de transição agroecológica no semiárido brasileiro. A relação começou no ano de 2015, quando a faculdade, vendo a possibilidade de potencializar a aprendizagem de seus alunos, buscou junto a empresa de pesquisa uma oportunidade de participar de um de seus projetos de pesquisa que possui uma abordagem participativa em contextos de ruralidade. Essa experiência tem aderência com a nova Agenda Universal, estabelecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) (ONU, 2015), contribuindo para os seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: ODS 2 (alcançar a segurança alimentar e a melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável) e ODS 4 (Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos).

O objetivo maior nessa experiência foi de alinhar teoria e prática numa perspectiva de construir novos conhecimentos para discentes, docentes e agricultores familiares.

MÉTODO

A experiência de levar alunos universitários para comunidades rurais nasceu dentro da disciplina de metodologia qualitativa do curso de psicologia da Faculdade Luciano Feijão (FLF), faculdade privada situada em Sobral no interior do estado do Ceará. Essa disciplina discute em linhas gerais as possibilidades de se fazer pesquisa para e com seres humanos.

Ao final do semestre os alunos eram convidados a visitar uma comunidade rural para conhecer sobre a história de vida dos sujeitos que ali vivem bem como para exercitar conteúdos discutidos em sala de aula como, por exemplo, condução de entrevistas, aplicação de questionários e rodas de conversa dentre outros.

A parceria entre FLF e Embrapa ocorreu em 2015 e desde então todos os semestres os alunos do curso de psicologia são levados à comunidade Sítio Areias no município de Sobral – Ceará, acompanhados da professora (Zootecnista e Pedagoga) da disciplina de metodologia qualitativa e do técnico (Zootecnista) da Embrapa Caprinos e Ovinos, responsável pela liderança de atividades em projetos de desenvolvimento em local sustentável (Projetos Sustentare, Bem Diverso e Redinovagroeco) desenvolvidos pela Embrapa para e com os agricultores dessa localidade.

A comunidade Sítio Areias é caracterizada como uma comunidade em processo de transição agroecológica e, desde 2012, trabalha em parceria com a Embrapa Caprinos e Ovinos em um projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável. Essa co-

munidade é também caracterizada como uma Unidade de Aprendizagem Familiar e atua na construção coletiva de conhecimentos.

A ideia em promover a interação entre comunidade rural e ensino superior advém do princípio de que a educação deve ser compreendida para além do ensino formal e que ao vivenciar outras realidades fora dos muros da faculdade os alunos também aprendem. Sendo assim, a experiência aqui compartilhada relata as vivências ocorridas nos últimos sete anos entre comunidade, faculdade e empresa de pesquisa.

Ao final de cada semestre letivo, grupos de alunos visitavam a comunidade e eram recebidos pelos agricultores participantes dos projetos desenvolvidos pela Embrapa. Esse momento inicial da visita era marcado pelas apresentações formais como: dizer o nome, origem e qual ocupação desenvolviam no momento, objetivo da visita e logo em seguida os agricultores (em geral oito) falavam um pouco de sua trajetória e por fim o técnico explicava o trabalho desenvolvido junto aos agricultores.

Após esse momento de acolhida era realizada uma caminhada pela comunidade para reconhecimento dos espaços de convivência dos agricultores como, por exemplo, a casa de sementes, os quintais produtivos, igreja e escola. Durante a caminhada havia registro de imagens e som, diálogos eram estabelecidos entre alunos e agricultores(as), bem como a observação da dinâmica social do lugar. Ao final da caminhada o grupo retornava para o ponto de acolhida onde era realizado o momento de socialização dos conhecimentos produzidos na atividade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A práxis é, via de regra, essencial para o fortalecimento de uma educação para o desenvolvimento humano, onde valores outros são atribuídos além daqueles discutidos em disciplinas técnicas. Logo a educação em agroecologia vem a somar com esse contexto, pois possibilita a construção de novos saberes, novas possibilidades de ser e viver no mundo, além de dialogar com outras esferas educacionais.

Como principais resultados, podemos destacar a interação social ocorrida entre os agricultores(as), professor, técnico e estudantes que tiveram a oportunidade de trocar saberes e construir novos laços de afeto e empatia. Os agricultores destacaram em suas falas o quão interessante foi conhecer um pouco mais sobre a psicologia e sua atuação, pois os mesmos possuem demandas outras, para além da agricultura e pecuária.

O exercício da teoria e prática também foi contemplado aos alunos da disciplina de metodologia qualitativa que saem mais capacitados dessa experiência, tecnicamente, nos assuntos pertinentes à pesquisa. Um terceiro resultado relevante foi a parceria estabelecida entre as disciplinas de metodologia qualitativa (3º semestre do curso de Psicologia) e Psicologia comunitária (5º semestre do curso de Psicologia), pois os alunos do terceiro semestre ao chegarem no quinto semestre estão retornando à comunidade para desenvolver atividades para e com os agricultores.

Em um dos relatos de estudantes essa interdisciplinaridade é perceptível. No relato uma estudante mencionou que ao participar de encontros em algumas comunidades rurais, logo no início do curso de psicologia, através da disciplina de metodologia qualitativa, trouxe para si mesma um mundo de possibilidades, no que diz respeito a colocar em prática o que foi ensinado em sala de aula, como saber fazer entrevista e anotações no caderno (no diário de campo), observar a forma de vida deles, o comportamento deles, vivências, muita riqueza de detalhes dos moradores, de pessoas envolvidas com trabalhos em associações. Nas visitas realizadas, a mesma estudante relatou que pensava como seria a psicologia ali na comunidade, como iria exercê-la. E que ao estudar as disciplinas de psicologia social e psicologia comunitária, via com grande alegria o quanto essa psicologia tem contribuído com comprometimento junto a moradores na conscientização e transformação social.

Quando se fala em conscientização, comprometimento, ajudar a orientar o indivíduo a pensar de forma coletiva e crítica, ao mesmo tempo que o psicólogo comunitário irá conhecer o modo de vida dessa comunidade e contribuir de forma que possa junto com eles buscar valorizar seu espaço, valorizar seu trabalho em busca de transformação social de saúde e bem-estar, como estudar e viabilizar as políticas públicas.

Um fato importante é que a psicologia comunitária trabalha na conscientização do sujeito, transformando seu pensamento de forma a deixá-lo capaz de se perceber como alguém que pode lutar pelo bem maior, não achando que irão ou estão fazendo favor, ou seja, práticas assistencialistas, mas sim que ele é dotado de direito e que suas reivindicações são justas e necessárias para o bem da comunidade e não individual.

Portanto é necessário a reflexão de que o espaço rural é potente e heterogêneo, compreendendo que se pode contemplar a comunidade como um ambiente não mais periférico e marginalizado, sendo ela multidimensional com uma infinidade de possibilidades, ultrapassando a ótica unidimensional produtiva e econômica (OLIVEIRA, 2020). Também foi relevante fazer os estudantes sentirem, conhecer a

forma de vida dos agricultores familiares, seu cotidiano de trabalho, de sofrimento e de esperança.

Ressalta-se a importância da escuta no sentido de tentar fazer o melhor para a comunidade, não pensando no quão é importante para os estudantes a transformação da comunidade, mas sim o quanto, para eles, o que é importante nessa transformação, ou seja, aprender a ouvir e contribuir com essa mudança que ali vão continuar sua vida. Então essa mudança deve partir deles e não uma imposição de algo que os estudantes achavam melhor.

Nesse sentido as possibilidades de atuação e intervenções psicossociais, devem ser construídas de maneira ética, flexível a novas estratégias de atuação e participação da comunidade durante todo o processo, tendo como pilar a hierarquia de necessidades sociais estabelecida por ela, de maneira autônoma.

Os estudantes percebem também que por meio da organização dos agricultores é que a comunidade consegue reivindicar melhorias para seu espaço geográfico de moradia e convivência diária. Alguns agricultores estão bem envolvidos com esse trabalho e juntos lutam por melhores condições de vida para todos da comunidade.

A ideologia político-econômica agrária no país se encontra em um dilema no qual existe uma deficiência no poder público e as oligarquias rurais em propor inovações nessa prática, resultando nas camadas populares se tornarem constantemente marginalizadas (GÓIS, 2003). Nesse cenário o sujeito comunitário busca sua autonomia e liberdade em uma realidade coletiva, onde a partir de facilitações dos agentes sociais comunitários é possível a visualização de outras possibilidades de sentido e ação no contexto em que se inserem.

O olhar sobre o papel das relações sociais dos agricultores gestores de agroecossistemas é enfatizado pelo efeito no fortalecimento da autonomia técnica e política e a capacidade de resposta diante do universo de agentes econômicos e atores do ambiente político-institucional em que o agroecossistema opera especificamente na consolidação de redes sociotécnicas em âmbito territorial com estratégias de ações coletivas e dispositivos locais de cooperação (PETERSEN, *et al.*, 2017).

A receptividade dos agricultores para com os estudantes de psicologia foi perceptível, pois esses mediarão o processo de escuta das demandas subjetivas dos agricultores, suscitando que cada sujeito que compõe a comunidade possui capacidade para ser protagonista de sua própria realidade biopsicossocial e de suas escolhas durante a construção de sua vida. Essa experiência foi permeada por pro-

cessos de intersecção nas ações desenvolvidas no local e conscientização individual e coletiva (GÓIS, 2003).

Essa conjectura nos convoca a refletir acerca do papel do psicólogo comunitário, como aquele que está dentro do processo de facilitação comunitária. Os estudantes de psicologia perceberam bastante abertura dos agricultores que relataram que gostariam de ter mais encontros como os que estavam acontecendo no momento, se sentindo contemplados não somente por grupo de mutirões, desenvolvimento sustentável da fauna e flora da comunidade como também de seus processos singulares e socioemocionais, que antes não era ofertado a eles. Assim é imprescindível executar uma práxis da psicologia que engloba a participação da comunidade, na estruturação de seus locais de autonomia (OLIVEIRA, 2020), nos fornecendo um dado de campo que reforça uma atuação ético-política comprometida à aventurar-se nos espaços de conflitos e contradições, mediando processos de conscientização e transformação social.

A intenção é continuar com a parceria Faculdade Luciano Feijão, Embrapa e comunidade e promover outros encontros, visitas técnicas e intercâmbios com a finalidade de agregar algo a mais na vida dos sujeitos moradores do campo, aos profissionais envolvidos e aos estudantes em formação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência relatada só foi possível devido à parceria estabelecida entre as instituições apresentadas no decorrer do texto. Reforçando assim, a relevância que o ensino superior tem de propiciar uma formação integral onde além dos conteúdos técnicos outras experiências são válidas como a participação de projetos de pesquisa e extensão e aulas de campo.

A aprendizagem faz parte da condição humana e só precisa ser compreendida a partir da subjetividade de cada um. Há pessoas que aprendem lendo, outras aprendem visualizando a situação e há também os que necessitem experienciar a teoria para melhor assimilar as informações apresentadas. Na vivência apresentada o conhecimento foi construído e compartilhado de forma coletiva alinhando teoria e prática.

Desta forma, consideramos que o relato de experiência apresentado foi exitoso, pois contribuiu para formação das professoras, dos alunos e parceiros envolvidos. Sugere-se que outras experiências como essa possam ser vivenciadas e compartilhadas com a sociedade, pois apresenta um caráter multidisciplinar.

REFERÊNCIAS

GÓIS, Cezar Wagner. Psicologia comunitária. **Universitas: Ciências da Saúde**, v. 1, n. 2, p. 277-297, 2003.

DE OLIVEIRA, Conrado Pável *et al.* Sarandirando: expandindo os horizontes da Psicologia Comunitária em contextos rurais em tempos pandêmicos. **ANALECTA-Centro Universitário Academia**, v. 6, n. 3, 2020.

FARIAS, Jorge Luis de Sales *et al.* **Metodologia Sustentare: uma abordagem socio-técnica na construção e fortalecimento da autonomia dos agricultores familiares**, 2015. (Série Embrapa – Comunicado Técnico).

FARIAS, Jorge Luis de Sales. *et al.* **Construção social de mercados: estratégia de fortalecimento da autonomia dos agricultores familiares no semiárido brasileiro**. Agroalimentaria, Mérida, v.23, n. 44, p. 153-168, janeiro/junho, 2017.

LISBOA, Camila. **O trabalho com grupos em contextos comunitários**. Curitiba, Editora Appris, 2018.

ONU. **A Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável; Transformando nosso mundo**. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 28 de março 2022.

PETERSEN, Paulo. *et al.* **Método de análise econômico-ecológico de agroecossistemas**. 1 ed. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2017. p. 246.

ÍNDICE REMISSIVO

- A 32, 36, 37, 44, 48, 50, 52, 60
- Atuação 13, 14, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 32, 34, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 63, 64, 67, 72, 74, 75
- C
- Comunidade 13, 17, 23, 25, 27, 28, 29, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 71, 72, 73, 74, 75
- Comunitária 23, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 60, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 76
- CRAS 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32
- D
- Desenvolvimento 12, 13, 17, 22, 24, 25, 26, 27, 30, 32, 44, 45, 48, 52, 54, 55, 56, 57, 59, 62, 63, 64, 65, 66, 70, 71, 72, 75, 76
- F
- Família 12, 15, 16, 17, 19, 29, 34, 42, 55, 56, 57, 59
- M
- Mulheres 18, 19, 26, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 46, 47, 54
- P
- Pandemia 15, 27, 28, 31, 34, 45, 52, 53, 56, 57, 59, 60
- Profissionais 13, 14, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 26, 27, 28, 30, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 44, 45, 47, 54, 55, 57, 60, 67, 70, 75
- Psicologia 13, 15, 17, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 53, 57, 60, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 73, 76
- Psicólogo 13, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 32, 35, 44, 45, 46, 48, 50, 52, 55, 58, 60, 62, 68, 73, 75
- R
- Realidade 13, 18, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 45, 48, 49, 56, 57, 58, 62, 70, 74
- S
- Saúde 17, 18, 25, 34, 36, 39, 40, 42, 44, 45, 49, 52, 56, 58, 59, 60, 62, 73
- Sociais 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 32, 35, 37, 40, 41, 44, 45, 46, 52, 53, 54, 56, 58, 59, 60, 62, 63, 74
- Social 12, 13, 14, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 31,

ESTE LIVRO É UMA OBRA DE VALOR INESTIMÁVEL, PELO GRANDIOSO FATO DE REUNIR ESTUDOS E EXPERIÊNCIAS CONSTRUÍDAS POR ESTUDANTES E PARA ESTUDANTES EM (TRANS)FORMAÇÃO.

UMAS DAS MAIS BONITAS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA COMUNITÁRIA ESTÁ EM PARTIR DOS CONHECIMENTOS CONSTRUÍDOS PELO POVO. INSPIRADOS NISSO, QUEREMOS CONSTRUIR UMA ACADEMIA QUE POSSA TAMBÉM PARTIR E VALORIZAR OS CONHECIMENTOS CONSTRUÍDOS POR CADA ESTUDANTE, APRENDIZ DESSA GAMINHADA QUE É O TORNAR-SE PESQUISADOR. É POR ISSO QUE, INTENCIONALMENTE, PARTIMOS AQUI DOS PASSOS TRILHADOS POR CADA UM E CADA UMA QUE SE LANÇOU NO GRANDE DESAFIO QUE É A SISTEMATIZAÇÃO E A ESCRITA DENTRO DA ACADEMIA.

GADA CAPÍTULO TRAZ UM RELATO DE EXPERIÊNCIA QUE REVELA A ENTREGA E O COMPROMISSO COM A APRENDIZAGEM, NÃO SEM MEDOS, INSEGURANÇAS OU DIFICULDADES, MAS SOBRETUDO, COM A CORAGEM DE (R)EXISTIR. SIM, ESSE LIVRO É UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA QUE REPRESENTA AS EXISTÊNCIAS MARGINALIZADAS DESIGUAL E TAMBÉM AS RESISTÊNCIAS EM UM TEMPO EM QUE, MAIS DO QUE NUNCA, PREGISAMOS VISIBILIZAR UMA REALIDADE QUE GRITA POR JUSTIÇA SOCIAL.

ESTE LIVRO É O NOSSO GRITO!

RFB Editora
Home Page: www.rfbeditora.com
Email: adm@rfbeditora.com
WhatsApp: 91 98885-7730
CNPJ: 39.242.488/0001-07
Av. Augusto Montenegro, 4120 - Parque Verde,
Belém - PA, 66635-110

